



N.º 6

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NOS DIAS 07 E 12 DE
DEZEMBRO DE 2018**

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito, reuniu, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019;**
2. **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2019;**
3. **Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora - Actualização de valores para o ano de 2019;**
4. **Autorização prévia para compromissos plurianuais no ano de 2019, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
5. **Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo, no ano de 2019, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;**
6. **Contratos interadministrativos com as Juntas / Uniãoes de Freguesia - Ano 2019;**
7. **Acordos de execução com as Juntas / Uniãoes de Freguesia - Ano 2019;**
8. **Reestruturação de serviços do município de Évora;**
9. **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) - 2019;**
10. **Derrama para 2019;**
11. **Participação variável no IRS - 2019;**
12. **TMDP / Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2019;**
13. **Proposta de constituição de júri para recrutamento de dirigente de cargo de direcção intermédia de 3º grau;**
14. **Concurso público para concessão de licença de utilização no Aeródromo Municipal / Serviços de Manutenção de Aeronaves;**
15. **Concurso público para concessão de licença de utilização no Aeródromo Municipal / Escola de Formação de Pilotos;**
16. **Concurso público para concessão de licença de utilização no Aeródromo Municipal / Serviços de Hangaragem;**
17. **Concessão do direito ao fornecimento exclusivo de combustíveis no Aeródromo Municipal de Évora, através de ajuste direto;**
18. **Concessão do direito ao fornecimento exclusivo de combustíveis no Aeródromo Municipal de Évora, através de concurso público;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

19. **Operação de reabilitação urbana do Centro Histórico de Évora - Processo 664;**
20. **HABÉVORA - Gestão Habitacional Unipessoal Limitada, E. M. - Alteração de Estatutos;**
21. **Relatório semestral sobre a situação económica e financeira do município de Évora, à data de 30 de junho de 2018 (Para conhecimento);**
22. **Conselho Municipal de Educação / Constituição (Para conhecimento);**
23. **Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da CME - ano de 2017 (Para conhecimento);**
24. **Informação do Presidente da CME acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Ana Beatriz Cardoso, M.^a Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, M.^a Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Jorge Silva, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, M.^a da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, M.^a Antónia Boieiro, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, José Mendes (em substituição de José Russo), Jerónimo José, António Maduro, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) João Rodrigues, Sara Fernandes, Eduardo Luciano, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Ninguém da assistência desejou intervir.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** deu a conhecer que se ia começar com a discussão e deliberação de um conjunto de documentos entrados na Mesa, convidando a 1ª subscritora do primeiro entregue (Voto de Pesar), intitulado «**Pelo trágico acidente ocorrido na estrada 255, entre Borba e Vila Viçosa**», a apresentá-lo.



A Sra. **Clara Grácio** leu o texto na globalidade, o qual fica anexo a esta acta.

Como o PS também tinha apresentado um Voto de Pesar versando o mesmo assunto, denominado «**Pelo trágico acidente ocorrido na estrada 255, entre Borba e Vila Viçosa**», o Sr. **Presidente** deu a palavra ao seu 1º signatário, para que o descrevesse.

O Sr. **Ananias Quintano** limitou-se a comentar que, em virtude de idêntico documento apresentado pelo PS, não havia necessidade de se apresentarem duas propostas à votação, pelo que sugeriu a fusão de ambas, caso o plenário concordasse.

Então, o Sr. **Presidente** perguntou à bancada da CDU se concordava com o alvitre formulado e, em caso afirmativo, qual seria a redacção final.

A Sra. **Clara Grácio** transmitiu que sim, sugerindo que a composição final fosse a lida por si.

Entretanto, o Sr. **João Canha** inquiriu se se tratava de um lapso ter-se excluído Vila Viçosa da proposta apresentada pela CDU.

A Sra. **Clara Grácio** respondeu que as pessoas falecidas eram oriundas dos concelhos de Alandroal e de Borba, mas que não via nenhum problema em acrescentar Vila Viçosa, por uma questão de respeito.

Achando correcto que se adicsionasse Assembleia Municipal de Vila Viçosa ao Voto de Pesar, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Em aditamento à sua anterior alocução, o Sr. **João Canha** desejou fazer uma ressalva, por lhe parecer que o documento também devia de ser dado a conhecer ao Centro Distrital das Operações de Socorro.

Posto isto, o Sr. **Presidente** facultou a palavra ao 1º signatário de uma moção, designada «**Sobre o Orçamento de Estado de 2019 e a situação do Hospital Central do Alentejo**», para que a descrevesse.

O Sr. **José Figueira** leu o documento na totalidade, ficando o mesmo apenso a esta acta.

Face ao exposto, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** disse: “*A construção do Hospital de Évora foi sempre uma prioridade para o PS, uma vez que isso constava do nosso programa de governo e dos objectivos traçados pelos candidatos por Évora. Sempre foi o PS quem mais fez para que este Hospital se viesse a concretizar. Já o ano passado esta questão veio aqui e também agora, mas foi hoje apresentada a regragração dos fundos comunitários, tendo sido assumido como prioridade a edificação deste Hospital. Não foi possível avançar mais cedo porque, aquando da negociação dos fundos comunitários para Portugal, não foi considerada, na altura, pelo PSD e pelo CDS como sendo urgente a construção deste Hospital. O Partido Socialista achou que era prioritário, incluiu a sua edificação no programa e já renegociou os fundos comunitários e já apresentou, precisamente hoje, verbas suficientes para a construção deste Hospital, ou seja, julgamos que este documento é, sobretudo, ideológico e que pretende atirar areia e demonstrar que as coisas não se estão a fazer, quando não é*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nada disso que se passa. Estamos no caminho da edificação deste Hospital e, por essa razão, consideramos que esta proposta é excipiente. Por isso, votaremos contra”.

De imediato, o Sr. **Adelino Fonseca** declarou: “*É do conhecimento público que o Hospital Central do Alentejo, em Évora, está contemplado no OGE. O próprio Governo fez aprovar, na A. R., o referido documento para 2019, inclusivamente com os votos da CDU, pelo que me parece um contrassenso estar-se a pedir aquilo que a própria CDU já aprovou.*

Por outro lado, já muitas pessoas ouviram um representante do Governo a dizer que o Hospital Central de Évora iniciaria, este ano, o seu programa de desenvolvimento e que estaria construído em 2021/2. Lembro que o Executivo Municipal também coloca nas GOP que se propõe lutar pela construção do aludido estabelecimento hospitalar, o que nós concordamos na plenitude, mas entendemos que essa luta não pode ser aguardando o desenvolvimento deste projecto infraestruturante, que é aquilo que lá diz textualmente. Assim, pensamos que que sim, que deve desenvolver essa luta agindo junto do Governo, para conhecer e formalizar a decisão, negociar compromissos, responsabilidades do município, caso as haja, nomeadamente em terrenos, acessibilidades e infraestruturas. Por todas estas ordens de razões, vamos votar contra”.

A seguir falou o Sr. **Nuno Alas**, que afirmou que o PSD percebia algumas preocupações relativamente à necessidade de se definir o orçamento, o planeamento e as fontes de financiamento do novo Hospital, até porque no seu seio não se partilhava do optimismo da bancada do PS, porque a reprogramação das verbas comunitárias não garantia mais do que 40 M€, para uma obra que iria custar perto de 180 M€, mais as acessibilidades e o saneamento. Para si, existiam incongruências na proposta da CDU, que invocava a submissão à União Europeia, mas que, depois, pedia a definição e a reprogramação do Quadro Comunitário de Apoio, levando-o a acreditar que, por opção do PCP, não se viveria na Europa. Como tal era uma realidade, pensava que não se podia andar a «cuspir no prato» que, às vezes, dava de comer aos portugueses. Nesse sentido, fez saber que, se fosse retirado o 3º parágrafo da moção, a bancada do PSD acompanharia as restantes preocupações apresentadas nela.

Logo após, o Sr. **António Jara** deu a conhecer que tinham sido conferidos mais 2,7 mil milhões de euros dos fundos comunitários 2020, o que tornava a proposta ainda mais relevante e viável, visto que no OGE não havia uma única quantia atribuída para o novo Hospital. Neste domínio, relatou que existia uma comissão criada em Março do corrente ano, presidida pelo seu colega José Robalo, mas que, até ao momento, ainda não tinha produzido algo de palpável, pelo que pensava que era muito importante aprovar-se a moção, não esquecendo que, numa sessão passada, já se tinha convencido a necessidade da construção do Hospital, tendo o PS se mostrado a favor e revelado que havia verbas para o efeito, tanto assim que, no dia seguinte, viera a Évora o Primeiro-ministro atribuir um valor, à referida comissão, para início do estudo da nova unidade.

Entretanto, o Sr. **Frederico Carvalho** expressou que se era verdade que a «Coligação «Afirmar Évora» concordava, de grosso modo, com aquilo que o documento sugeria para a A. M. deliberar, não conseguia, de todo, concordar com as respectivas considerações prévias, que enfermavam de teor ideológico e com as quais não podia ser conivente, acrescentando que existiam outras questões que a preocupavam, nomeadamente as relacionadas com a responsabilidade da empreitada, as acessibilidades e o saneamento, pelo que não iria votar favoravelmente, devido às razões apontadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Perante o alvitre formulado pela bancada do PSD, o Sr. **Presidente** perguntou à bancada da CDU se mantinha a redacção original, o que foi confirmado pelo Sr. J. Figueira, pelo que o dito dirigente avançou para a votação da moção, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com dezassete votos contra (treze do PS, três do PSD e um da Coligação «Afirmar Évora 2017») e dezasseis votos a favor (catorze da CDU, um do BE e um do MMPI).

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas: *“Para o PSD é fundamental resolver o problema do Hospital Central, mas também dos seus quadros, porque paredes não bastam, e, acima de tudo, dizer que embora não façamos parte deste Governo maioritário de esquerda, a preocupação do Hospital é de todos os eborenses e também do PSD”.*

Declaração de voto do Sr. João Canha: *“Em meu nome pessoal e da bancada do PS, quero repudiar esta forma de apresentar moções, com textos inquinados à partida, exactamente para que sejam votados contra e para depois dar a entender que existe um protagonismo, da parte da CDU, de que há desejo para que o Hospital seja uma realidade. O desejo de que exista um Hospital é de todos nós. Nós votámos contra pela forma como a proposta foi apresentada”.*

Posteriormente, o Sr. **Presidente** convidou o 1º subscritor de outra moção, subordinada ao tema «**Solidariedade para com os trabalhadores do call center Fidelidade em Évora**», para que a apresentasse.

O Sr. **José Mendes** leu o texto na íntegra, cuja folha se junta a esta acta.

A seguir, o Sr. **Ananias Quintano** comunicou que a bancada do PS concordava que existia algum abuso por parte da entidade empregadora e, como tal, iria votar favoravelmente.

Reforçando o apontamento do orador antecedente, o Sr. **Jerónimo José** anunciou, também, que o G. M. do PS iria proceder como atrás descrito, porque era seu entendimento que aquele tipo de empresas abusava da precaridade e limitava os direitos sociais dos trabalhadores.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Alas** disse: *“Reconhecemos o esforço dos sindicatos em lutarem pelos direitos dos funcionários e a recentemente comissão de trabalhadores criada dentro do call center, que é de toda a importância, mas entendemos que não nos cabe a nós, enquanto órgão político, mostrar cartões vermelhos a empresas sedeadas no concelho. Se é verdade o que aqui está escrito, moralmente é incorrecto, mas legalmente é correcto, pelo que, se há alterações a fazer ao Código do Trabalho, de maneira a que este género de situações não aconteça e que sejam discutidas na A. R. Nunca votaremos a qualquer cartão vermelho passado a uma empresa sem conhecer a realidade, sendo que estamos disponíveis para debater a precaridade dentro da CME, mas não nas empresas”.*

Divulgando que a sua intervenção ia um pouco ao arripio do que acabara de ser dito, sobretudo com a nota final, o Sr. **João Canha** observou que se ia dar conhecimento do documento aos empregados e ao sindicato e para não dar a entender que se estava ali a satisfazer os interesses dos próprios, pensava que também se devia dar conhecimento da moção à Fidelidade e à Autoridade das Condições de Trabalho.



Não tendo surgido mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** avançou para a votação da proposta n.º 4, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor (14 da CDU, 13 do PS, um do BE e um do MMPI), três votos contra (do PSD) e uma abstenção (da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

Logo após, o Sr. **Presidente** convidou o 1.º signatário de uma saudação, designada «**20º aniversário do referendo da Regionalização**», a descrevê-la.

A Sra. **Elmina Lopes** leu o documento na globalidade, cujo documento passa a fazer parte integrante desta acta.

Posteriormente, falou a Sra. **Ana Beatriz Cardoso**, que fez saber que a Bancada do PS saudava o 20º aniversário do referendo à regionalização e que em tal acto a maioria dos alentejanos tivesse votado pelo Sim, lamentando, contudo, que a proposta apresentada tivesse por detrás outras coisas, nomeadamente o esboço de uma moção a reafirmar a deliberação do congresso da AMAlentejo. Neste contexto, divulgou que o PS não podia aprovar uma saudação que tinha no seu 4º parágrafo um conteúdo claramente ideológico e que a sua intenção era muito mais afirmar-se contra o processo de transferência de competências do que uma saudação propriamente dita. Assim, fez notar que se houvesse possibilidade de retirar o supracitado e a alínea b) final, o G. M. do PS estaria disponível para votar a favor.

Regressando à posição, provisória, de não 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** divulgou que o BE se revia com o teor do documento e que o iria votar favoravelmente, mas que, em relação à alínea b), era muito crítico quanto à criação da Comunidade Regional do Alentejo, no sentido em que ela devia ter um prazo definido. “*A existência desta Comunidade num período de transição até uma Regionalização, que pode não vir, traz um problema, que é o facto de a mesma não ser fruto de eleição directa por parte dos cidadãos, ou seja, é fruto de eleição indirecta, através das assembleias municipais, sendo que o BE é contra qualquer modelo de Regionalização que não implique a eleição directa dos órgãos*”, concluiu.

Perante a proposta apresentada pelo PS para alteração da redacção da saudação, o Sr. **Presidente** inquiriu à bancada da CDU se a aceitava, o que foi negado, pelo que o próprio avançou para a sua votação, a qual foi rejeitada por maioria, com dezassete votos contra (treze do PS, três do PSD e um da Coligação «Afirmar Évora 2017») e dezasseis votos a favor (catorze da CDU, um do BE e um do MMPI).

Declaração de voto do Sr. **Frederico Carvalho**: “*Queria aqui reiterar que a da Coligação «Afirmar Évora 2017», naturalmente, saúda o acto em si, o referendo e a sua comemoração, não podendo, depois, tirar outras ilações sobre esse mesmo exercício de democracia plena que o povo português exerceu há 20 anos atrás. Porque é, mais uma vez, para nós, uma questão ideológica, achamos que se trata de uma matéria supraconcelhia e que este não é o modelo económico de bem-estar para a população, sendo que concordamos que há muito a fazer no modelo de descentralização, mas não é este o ideal para esse fim*”.

Posto isto, o Sr. **Presidente** deu a palavra ao autor de nova moção, denominada «**Pela prestação do serviço público no domínio postal e universal nos CTT**», para que a apresentasse.



Tornando a ficar desprovido, momentaneamente, do seu posto de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** leu o conteúdo do documento na totalidade, ficando este junto a esta acta.

Face ao exposto, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** interrogou se havia possibilidade de introduzir uma pequena alteração no ponto 3, substituindo-se «**como a reversão**» por «**incluindo a eventual reversão**».

Entretanto, o Sr. **José Figueira** anunciou que o G. M. da CDU iria votar favoravelmente, porque estava preocupada com a situação, lembrando que no documento que acabara de ser reprovado constava como sendo uma das preocupações da Coligação o encerramento dos postos dos CTT.

A seguir, o Sr. **Nuno Alas** afirmou que o PSD se revia da adopção, por parte do Governo, de medidas para a protecção do serviço de entrega postal, enquanto serviço público, mas parecendo-lhe que fazer a reversão da privatização não fazia sentido, pelo que, mantendo-se o texto, a referida força política ir-se-ia abster.

De imediato, o Sr. **Jorge Lourido** declarou: *“O meu pedido de intervenção prende-se um pouco com a experiência que eu tive de trabalhar nos Correios. Comecei em Outubro/Novembro de 1974 e trabalhei lá 13 anos. Iniciei como carteiro, fui técnico de exploração postal e também desempenhei o lugar de técnico de recolha de dados estatísticos – TRDE –, como se dizia na altura. Nessa minha prática, durante 5/6 anos, a tarefa que tinha, para além de ver os fluxos de correio existentes e as direcções para onde iam, era o de verificar o tempo de entrega. Nesses anos, um dos critérios do correio público era cumprir uma máxima, que era o D+1, o que significava que todo o objecto postal entregue em qualquer estação deveria chegar no dia seguinte ao do depósito, e era uma medida de qualidade de serviço. Esta era a perspectiva do serviço público quando pretendia atender às necessidades e às exigências da população. Como carteiro, cheguei ir a montes onde mais ninguém ia e a história daria para contar mais alguma coisa. Não há possibilidade de prestar o serviço público sem ser com uma empresa pública. Podemos tentar o máximo, mas as outras querem é o lucro. É impensável que Portel e Arraiolos não tenham uma estação de correios. Eu vivo, como é sabido, maioritariamente do tempo em Sesimbra e nesta localidade os CTT também fecharam. Eu, para ir aos correios, tenho que ir a um posto e acabo por não ir lá, porque as filas são enormes, o que dificulta o acesso aos serviços.*

A alteração proposta pelo PS, se for aceite, não me impede de votar à mesma a favor”.

Face à posição assumida pela bancada do PS, o Sr. **Bruno Martins** mostrou-se disponível para que o ponto 3 passasse a ter a seguinte redacção: **“Exortar o Governo a adoptar medidas de protecção do serviço de entrega postal universal, incluindo a possibilidade de reversão da privatização do serviço e consequente regresso do mesmo à esfera pública, (...)”.**

Perante o que acabara de ouvir, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** comunicou que com a modificação relatada o G. M. do PS iria votar favoravelmente, até porque também era uma grande preocupação, para o mesmo, o que estava a acontecer.

Verificando a inexistência de mais inscrições para utilização da palavra, o Sr. **Presidente** avançou para a votação da moção n.º 6, tendo a própria sido aprovada por maioria, com trinta votos a favor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

(catorze da CDU, treze do PS, um do BE, um da Coligação «Afirmar Évora 2017» e um do MMPI) e três abstenções (do PSD).

O Sr. **Nuno Alas** desejou que a sua intervenção ficasse registada como declaração de voto.

Posto isto, o Sr. **Presidente** anunciou que a Mesa tinha uma Saudação para apresentar, intitulada «**Pelo 1º Centenário do Juventude Sport Clube**», a qual passou a ler integralmente. A folha fica anexa a esta acta.

Depois tomou a palavra o Sr. **Paulo Jaleco**, que fez notar que faltava referir, no texto, que nas épocas 1977/78 e 1978/79 o Juventude estivera à beira da subida de divisão, não esquecendo que o clube recebera, da parte do Governo, uma Medalha de Honra ao Mérito Desportivo. Na sua opinião, o Juventude foi sempre, também, uma sociedade com forte cariz social e cultural, ao ponto de ter possuído uma escola primária, circos e outras valências.

Na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, divulgou que, no dia seguinte, iria ser inaugurada uma exposição do centenário, no Palácio do Barrocal (Inatel), convidando todos os presentes a comparecerem. Neste domínio, sublinhou que a bancada do PSD iria votar a favor.

Posteriormente, o Sr. Presidente da Câmara formulou uma pequena proposta de alteração, uma vez que a Medalha de Mérito atribuída pelo município, a 29 de Junho de 2018, tinha a designação de **Classe Ouro**.

Constatando que mais ninguém estava interessado em usar da palavra, o Sr. **Presidente** colocou o documento n.º 7 à votação, o qual foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Logo após, o Sr. **Presidente** convidou o autor de uma recomendação, sem título, visando a criação, no sítio da internet da AME, de um espaço para cada força política poder partilhar as suas propostas feitas ao município, no âmbito das Grandes Opções do Plano, para que a descrevesse.

Voltando a ficar desprovido, ocasionalmente, da sua função de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** leu a proposta na globalidade, cuja folha se apensa a esta acta.

De imediato, o Sr. **José Figueira** teceu as seguintes declarações: *“Tal como está formulada a proposta, julgamos que a mesma deveria merecer uma reflexão a nível de um grupo de trabalho informal. E porquê? Porque, hoje, os Órgãos do município, cujos eleitos foram sufragados por voto popular, funcionam em conformidade com a lei, havendo espaço para cada força política representada dos mesmos de pronunciar.*

A par disso, e no cumprimento dos desígnios do 25 de Abril e no respeito pelos princípios inerentes à democracia participada, os Órgãos do município asseguram a participação das populações na vida autárquica e a gestão CDU tem desenvolvido e assegurado, desde o anterior mandato, iniciativas de auscultação directa introduzidas, com destaque para o programa «Pelos Caminhos do Concelho», que incentiva a participação dos cidadãos e das instituições e permite um conhecimento directo dos problemas, realizações e aspirações locais para a iniciativa de atendimento pelos eleitos com pelouros em localidades e locais do concelho.

A recomendação do BE, tal como se encontra formulada, não se coaduna com o que se encontra inscrito nos artigos 37º, 47º e 50º do Regimento da A. M. É entendimento da CDU que o sítio da



internet da Assembleia Municipal não pode ser um espaço partidarizado, antes sim um espaço em que deverão de ser divulgados os documentos apresentados e aprovados em Assembleia Municipal. Pensamos que a recomendação apresentada pelo Bloco, enquadrada pelo que se encontra inscrito no Regimento da A. M., deverá ser analisada num grupo de trabalho informal, cuja composição deverá ter a representação proporcional a cada força política/movimento de cidadãos representados na AME”.

Entretanto, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** proferiu: “*Apesar do teor do art.º 47º, nós achamos que é fundamental que a democracia deixe de ser só representativa e dê o passo seguinte, para sê-lo. Nós, há pouco mais de um ano, apresentámos nesta sede uma proposta, que era o orçamento participativo, e voltaremos a fazê-lo neste mandato, e votaremos a fazer tantas vezes quantas as necessárias, até que um orçamento participativo possa vir a ser aprovado. Não vamos deixar de ter esperança que isso aconteça. Por isso, achamos que é fundamental, neste exercício de democracia, que sejam conhecidas as propostas, da mesma maneira que durante este ano e pouco que temos aqui estado temos procurado ter sempre uma posição pró-activa, de apresentar propostas, de não estar só na oposição e dizer que não. Achamos que esta recomendação deve ser acolhida e considerada, e, por isso, vamos votar favoravelmente”.*

Voltando a intervir, o Sr. **Bruno Martins** disse e interrogou: “*Ignorando a referência aos artigos do Regimento, que nada têm a ver com o assunto, eu perguntaria à bancada da CDU se acha que site da A. R. é um site partidarizado, quando os partidos têm lá espaço para colocar as suas propostas”?*

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **José Figueira** opinou que a recomendação formalizada possuía um conjunto de questões operacionais, práticas e até políticas sobre a maneira como o espaço em causa iria ser gerido e a sua forma de apresentação, tendo sido por isso que fizera uma proposta para a matéria baixar a um grupo de trabalho não formal, pelo que, não havendo tal disponibilidade por parte do BE, participou que a CDU se iria abster.

Tendo presente as palavras do orador antecedente, o Sr. **João Canha** julgou que não era incompatível a sua ideia com o que estava proposto, ou seja, não significava que não se aprovasse o documento e que depois este baixasse a um grupo de trabalho, para se ver como se operacionalizaria.

Falando novamente, o Sr. **Bruno Martins** anunciou que acrescentava um 2º ponto à recomendação, com a seguinte redacção: «**Depois de aprovada, a operacionalização desta proposta será discutida em grupo de trabalho informal, que na próxima reunião ordinária da A. M. trará a este plenário o modo de funcionamento deste espaço**».

Face ao atrás exposto, o Sr. **José Figueira** revelou que o G. M. da CDU iria votar favoravelmente.

Em aditamento ao que propusera anteriormente, o Sr. **Bruno Martins** adiantou que ficaria responsável pela convocação do grupo de trabalho o Sr. Presidente da Mesa.

Findo o debate sobre o 8º documento, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



Seguidamente, o Sr. **Presidente** concedeu a palavra ao 1º subscritor de nova moção, designada «**Proposta para criação de ARU's – Zonas Urbanas Rurais**», para que a apresentasse.

O Sr. **Luís Ramalho** leu o texto na totalidade, ficando a respectiva folha junta a esta acta.

Perante o explanado, o Sr. **José Figueira** solicitou que o Sr. Presidente da C. M. pudesse dar uma explicação sobre o impacto da proposta no orçamento do município.

Então, o Sr. **Presidente da autarquia** fez saber que o Executivo vinha estudando a criação de uma área de reabilitação urbana rural, para toda a zona do concelho, vendo com bons olhos que, se o PS aceitasse, se pudesse transformar a vigente proposta num estudo, a concluir até meados do próximo ano. A este respeito, desejou ressaltar duas questões: **Primeira** – Que a matéria poderia ter sido proposta para as O. P. e discutir-se nessa altura a situação; Segunda – As alterações das Opções do Plano e do Orçamento não podiam ser feitas pontualmente pela A. M., cabendo esse trabalho apenas ao município.

Por sua vez, o Sr. **Nuno Alas** comentou que o PSD percebia bem o espírito da moção apresentada, achando-a algo extemporânea, porque se fosse há dois anos atrás a questão podia ter sido resolvida de outra maneira, até porque a criação de uma ARU nas zonas urbanas rurais implicava consultas e audições públicas, não esquecendo que nesta sessão iria ser apresentada, durante a Ordem do Dia, a operação da reabilitação urbana na sequência da estratégia em apreço. “*Os incentivos fiscais, porventura, são mais fáceis de resolver e os financeiros nem tanto, pelo que estar a introduzir e rever a Área de Reabilitação Urbana no concelho de Évora nesta altura do campeonato, parece-me que irá comprometer todo este processo*”, finalizou.

Intervindo de novo, o Sr. **Luís Ramalho** afirmou: “*Gostava que fosse o Sr. Vereador Eduardo Luciano, que tem o pelouro da reabilitação urbana, a falar sobre o assunto.*

O colega da CDU pediu ao Sr. Presidente da CME para explicar qual era o impacto e o mesmo não esclareceu nada.

Eu propus, nas reuniões com as Juntas de Freguesias, que a Câmara formasse estas ARU's, tendo o Sr. Presidente da edilidade respondido que estavam a pensar nisso, mas que não existiam financiamentos da União Europeia para o efeito. Nesta primeira fase, era só mesmo para os proprietários, dos imóveis que estão nessas condições, terem acesso a isso e só o terão se existir essa ARU. Este processo não é rápido e tem muitos procedimentos inerentes pelo que temos que o começar quanto antes. Já cá estamos há 5 anos e verifico que há muita inércia. É preciso pôr os serviços a trabalhar”.

Retorquindo, o Sr. **Presidente da autarquia** asseverou: “*Eu expliquei, na minha intervenção inicial, que uma das questões que está em estudo é, exactamente, a consequência da situação fiscal do município. Como sabem, ainda estamos sujeitos a um conjunto de restrições a esse nível. Essa é uma das componentes que está em estudo, mas há outras.*

Eu não falei apenas nos fundos da União Europeia, mas também nos nacionais. Reitero a proposta de que se quiser encontrar aqui uma solução concertada, estamos de acordo com essa solução”.

Entretanto, o Sr. **Adelino Fonseca** inquiriu ao orador antecedente: “*Qual é a solução concertada que falou, porque eu não entendi*”?



O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu: “A solução concertada não era procurar impor a criação de uma ARU, que, a meu ver, até seria ilegal, porque a A. M. não pode alterar as Opções do Plano, e se aceitar o estudo durante os próximos seis meses, apresentando a Câmara a proposta no primeiro semestre de 2019, talvez consigamos encontrar uma solução para esta questão, respeitando tudo aquilo que está definido em termos legais e apontando àquilo que é o interesse de todos”.

Face ao exposto, o Sr. **Luís Ramalho** observou: “Acho que isto é do interesse de todos. A maior parte dos municípios têm, como, por exemplo, Mora, Viana do Alentejo e Arraiolos, e porque que é que nós não havemos de ter? Portanto, fica o compromisso que na sessão de Junho/19 irá aparecer essa proposta para podermos avançar com isso. Se assim for, retiramos esta moção”.

Em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente** convidou o autor de outra proposta de recomendação, sem título, referente aos constrangimentos rodoviários na circular ao centro histórico de Évora e respectivas entradas, para que a descrevesse.

Não tendo tempo para ler o documento, o Sr. **Frederico Carvalho** limitou-se a referir que se tratava de uma recomendação, emanada pela AME, ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas, visando a conclusão do IP2, entre o nó de S. Manços e o lanço de Azaruja.

Acerca do assunto apresentado, o Sr. **José Figueira** noticiou que a CDU iria votar favoravelmente, porque há muito defendia a conclusão do traçado do IP2 que estava por acabar.

Não se registando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Por fim, o Sr. **Presidente** cedeu a palavra, de novo, ao Sr. Frederico Carvalho, para que apresentasse outra proposta de recomendação, também sem título.

O Sr. **Frederico de Carvalho** transmitiu que gostaria que a autarquia estivesse na vanguarda do apoio social ao concelho, acrescentando que iria fazer apenas pequenas citações do texto, porque não conseguiria ler tudo, a saber: «**Os cuidadores informais são pessoas que cuidam de outra, numa situação de doença crónica, deficiência ou dependência, parcial ou total, de forma transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidado**».

Depois relatou que se pretendia: «**Que a Câmara Municipal de Évora promova a criação de uma Rede de Cuidadores do Concelho, uma das primeiras no País, com o objectivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões**»; «**Que a CME reforce o seu papel dinamizador na articulação entre todos os organismos, públicos e privados, que já actuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objectivo de identificar as necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas**»; «**Que a CME estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais a realizarem, em conjunto, um levantamento detalhado da situação de pessoas com dependência, seja pela idade, seja por deficiência, do município de Évora**».

Reagindo, o Sr. **Presidente da edilidade** informou que o Executivo partilhava a preocupação evidenciada, mas parecendo-lhe que a proposta não estava elaborada salvaguardando as necessidades



prioritárias. Justificando, argumentou que se tratava de um problema de todo o país, pelo que tinha que ter um enquadramento nacional, que, segundo sabia, andava a ser discutido no sentido de se virem a criar estatutos para os cuidadores informais, no seio da Assembleia da República.

Por outro lado, havia que assegurar que o Estado pudesse apoiar os atrás mencionados, em termos monetários, significando que existiam custos que tinham que ser avaliados e que era preciso haver financiamento para garantir tal situação. Assim, sugeriu que o assunto fosse enviado para a rede social, com o objectivo de se poder fazer uma discussão sobre ele e se aprofundar qual era o seu ponto de situação.

Por fim, alertou que havia, no documento, um conjunto de matérias que era da responsabilidade da Segurança Social, como, por exemplo, o levantamento das pessoas com deficiência, apesar de o município possuir competências complementares na área.

Por seu turno, o Sr. **João Canha** opinou que a proposta de recomendação tinha como sentido aquilo que o orador anterior acabara de dizer, tentando que o território do concelho de Évora, de algum modo, se pudesse apresentar como inovador na atenção aos cuidadores, pensando que tal se podia reflectir na organização de uma unidade de rede, para qualificar e apoiar os cuidadores informais.

A seguir o Sr. **José Figueira** divulgou que o Grupo Parlamentar do PCP já tinha feito propostas, no âmbito do OGE, acerca da temática, sugerindo ao Sr. F. Carvalho que no 1º ponto das conclusões se colocasse «**Que a Câmara Municipal de Évora promova o estudo, no âmbito da rede social, para a criação (...)**».

Entretanto, A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** declarou: *“Esta preocupação com as pessoas que precisam de cuidadores é algo que nos merece uma atenção muito particular, sendo que já foi apresentada, há muito tempo, uma proposta para que as CPCJ passem a ter outras competências alargadas, designadamente as que estão aqui indicadas, porque quando nós falamos em cuidadores, falamos em cuidadores de pessoas com mobilidade condicionada ou com algum tipo de incapacidade. Lembro que o regime das incapacidades sofreu uma alteração muito significativa no Código Civil, que agora se chamam, mesmo aos maiores de idade, aos maiores acompanhados, e que isto nos merece uma atenção que deve preocupar a todos, porque se há coisa que nós teremos como certa é que um dia também iremos precisar que alguém cuide de nós. Daí que eu exortava que a própria autarquia se preocupasse de uma maneira mais efectiva com este assunto”*.

Posteriormente, tomou a palavra a Sra. **Ângela Caeiro**, que comentou que o envelhecimento da população e o isolamento era um grande flagelo da actualidade e o que estava a ser feito, a nível da acção social, era analgésico, julgando que era preciso combater o problema de fundo, promover a mobilidade social, os cuidadores informais e a possibilidade de manter as pessoas na sua casa, pelo que o PSD apoiava e ia dar o seu voto favorável à recomendação.

Reagindo ao apontamento do Sr. Presidente da CME, o Sr. **Frederico Carvalho** disse que, embora partilhasse das suas preocupações, achava que as autarquias e os concelhos deviam de agir imediatamente, bem como que era importante manter a proposta.

Contrapondo, o Sr. **Presidente da Câmara** venceu que, da sua parte, reiterava a questão que tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

colocado anteriormente e que via com maus olhos que se ultrapassasse a rede social e a Câmara, tentando impor a criação de uma rede sem fazer um estudo sobre o tema.

Depois, o Sr. **José Figueira** considerou que algumas das áreas expostas no documento eram da competência da Segurança Social e outras do Estado, parecendo-lhe que seria correcto haver um estudo no âmbito da rede social, pelo que, perante tais factos, a CDU iria abster-se.

Findo o debate da 11ª proposta, o Sr. **Presidente** pô-la à votação, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor (treze do PS, três do PSD, um do BE, um da Coligação «Afirmar Évora 2017» e um do MMPI) e catorze abstenções (da CDU).

Declaração de voto do Sr. **José Figueira**: “A nossa abstenção baseia-se no facto de o PCP ter apresentado, na A. R., em sede de Orçamento de Estado, a criação da rede de cuidadores. No entanto, há na proposta competências e matérias que são da Administração Central e não das autarquias, até porque esta Assembleia, muito recentemente, deliberou não aceitar responsabilidades neste período de transferência de competências nestas áreas (saúde, Segurança Social e outras) e, por isso, parece-nos um pouco impositivo pretender que a Câmara promova a criação desta rede com impactos ao nível do Orçamento da própria. Por isso, nós abstivemo-nos, tendo em conta um conjunto de reservas que a recomendação enferma”.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do plenário os projectos de actas abaixo indicados, sendo de salientar que o texto do mesmo foi previamente distribuído por todos os membros, os quais convencionaram a dispensa da sua leitura.

- N.º 2, DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2018

Não querendo ninguém introduzir alterações, o Sr. **Presidente** avançou para a votação do documento, sem deixar de lembrar que só podiam votar os membros que tinham estado presentes, nos termos do n.º 3 do art.º 34º do Novo Código do Procedimento Administrativo.

Após a concretização do acto em apreço, a Mesa apurou uma aprovação por unanimidade, não tendo participado na deliberação **3** dos 33 membros presentes na sessão.

- N.º 3, DA SESSÃO DE 21 DE JUNHO DE 2018

O Sr. **Jerónimo José** sugeriu:

- Página 12 – Linha 46 – Que se substituísse o termo «**divulgou**» pela palavra «**afirmou**»;
- Página 12 – Linha 48 – Que se alterasse a expressão «**não lhe fazendo diferença**» pela frase «**não fazendo sentido**»;
- Página 28 – Linha 34 – Que se substituísse «**pronunciei**» por «**pronunciou, literalmente**»;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Página 28 – Linha 34 – Que se tirasse a palavra «**pensa**» e se colocasse o termo «**pena**»;
- Página 28 – Linha 36 – Acrescentar, a seguir a «**pressão.**», a frase «**A população dos Canaviais não aceita ficar refém dessa indefinição.**».

O Sr. **João Simas** propôs:

- Página 7 – Linha 35 – Que se tirasse a expressão «**e mais nada**», a seguir a «**lei**».

Perante as manifestações registadas, o Sr. **Presidente** alvitrou que o projecto de acta regressasse aos serviços par ser reanalisado, para ser recolocado à consideração do plenário na sessão de Fevereiro/19, o que foi aceite consensualmente.

Antes de se entrar na Ordem do Dia, o Sr. **Presidente** submeteu à apreciação da Assembleia a introdução de mais um ponto na mesma (**Abertura de procedimento concursal para recrutamento de pessoal técnico superior, por tempo indeterminado**), devido a um pedido extraordinário formulado pela CME, através do ofício com a referência SAI_EVORA/2018/12197, de 26 de Novembro, o que obteve aprovação unânime. Assim, propôs que o atrás citado passasse para a 24ª posição e que a Informação do Sr. Presidente da CME transitasse para o 25º lugar, o que também mereceu aceitação.

Em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente** facultou a palavra ao Sr. **José Piteira**, que desejou saber se existia algum desenvolvimento em relação à zona de Actividades Económicas de N.ª Sra. de Machede.

Depois perguntou se estava previsto algum melhoramento para o parque infantil da Freguesia.

Mais à frente, inquiriu se já havia alguma definição no que concerne ao traçado ferroviário Sines-Caia. Por fim, fez alusão à rotunda sita na Av. da Universidade, da autoria do Arquitecto António Charrua, interrogando porque era que a mesma estava mais tempo a ser limpa do que em funcionamento.

Em resposta, o Sr. **Presidente da autarquia** esclareceu que, com respeito à primeira questão, os desenvolvimentos eram os mesmos que já comunicara na última vez que estivera em N.ª Sra. de Machede.

A seguir, salientou que a edilidade estava a preparar a intervenção no parque infantil.

Quanto à ligação ferroviária, anunciou que o Executivo transmitira, ao Governo, as posições aprovadas pela C. M. e pela A. M. sobre a matéria, não existindo, no momento, qualquer outra informação.

Por último, elucidou que havia vários problemas com as fontes das várias rotundas, que não vinham funcionando, estando a Administração Municipal a estudar o assunto, para ver se era possível recuperá-las, porque senão tinha-se que encontrar outra solução.

Não existindo mais temas a tratar, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD.

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

PONTO 1 – OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019



O Sr. **Presidente da CME** começou por dizer que o Executivo escolhera para tema geral do exercício seguinte a apresentação pública da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, na sequência do trabalho que vinha sendo feito pela comissão executiva, que englobava várias instituições locais e regionais.

Logo após, sublinhou que os documentos em causa tinham em conta a proposta do OGE para 2019, sobretudo a alteração levada a cabo na Lei das Finanças Locais, originando um aumento das transferências do O. E. para as autarquias, no caso de Évora no valor de 2,75 pontos percentuais.

Mais à frente, fez notar que se matinha a restrição financeira, tendo em conta a dimensão estrutural dos compromissos e das dívidas herdadas e a sua evolução, bem como a limitação económica, decorrente do seu desequilíbrio estrutural, que vinha sendo recuperado.

De imediato, frisou que outra condicionante tinha a ver com o PAEL, que, apesar de já durar há 5 anos, não fora possível renegociar, porque a DGAL justificara que não existia legislação que o permitia fazer, não esquecendo que estava em vigor o Plano de Saneamento Financeiro, que vinha sendo cumprido.

“Gostaria de anunciar os principais destaques das Opções do Plano e Orçamento: já frisei a questão da Évora - Capital Europeia da Cultura em 2027; A manutenção da redução do IMI de 0,5 para 0,45; As questões de se começar a definir a estratégia de médio e longo prazo em vários sectores e áreas para se construir o futuro; A capacidade que temos para desenvolver um conjunto de investimentos estruturantes para a cidade e para o concelho, tais como o Programa de Revitalização do Centro Histórico, o investimento que está em curso nas escolas, superior a 1M€, e a obra de requalificação do Palácio D. Manuel, que criará um centro interpretativo da cidade e um centro de acolhimento ao turista, que terá uma verba entre 1,2 e 1,4 M€.

Uma particular atenção às questões da limpeza e higiene públicas, onde temos tido, como é sabido, algumas dificuldades.

Na área do desenvolvimento económico, pensamos que será possível continuar a atrair investimento, criar emprego e garantir crescimento económico. Salientaria, sobretudo, três áreas mais dinâmicas neste âmbito: o cluster da aeronáutica, o turismo e o sector agro-alimentar.

Uma prioridade para a qualificação da escola pública; as questões ligadas à intervenção social, nomeadamente na habitação; a valência da água pública, uma vez que continua por resolver o problema do sistema multimunicipal, prosseguindo a canalização de verbas brutais do município para a Águas de Portugal.

No âmbito do Orçamento, propomos estudar a possibilidade de introdução da taxa turística, com o objectivo de poder financiar algumas áreas, que resultam do crescimento do turismo, como são os casos da higiene e limpeza, do património e da animação sócio-cultural.

Na vertente da renovação do município, apostamos na gestão participada, democrática, aberta e transparente, sublinhado que é por aqui que incluímos as questões ligadas à participação nas O. P. e do Orçamento. Neste domínio, queremos aprofundar um trabalho de contratualização com as instituições locais sem fins lucrativos.

Realçar as três principais reivindicações que temos proposto ao Poder Central: o novo Hospital Central em Évora; a ligação ferroviária Sines-Évora; e a questão da variante a Évora com o IP2, que é fundamental para desviar o trânsito de mercadorias na cidade.

No capítulo da modernização da Câmara, dois destaques: as questões ligadas à reestruturação de serviços e a continuidade do reequilíbrio do mapa de pessoal, com a contratação de trabalhadores, que já podemos fazer.

Quanto ao tema do reequilíbrio das finanças municipais, continua a ser uma prioridade, porque sem ele não temos condições para garantir a outra actividade e os investimentos, e salientaria que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

problema do sistema multimunicipal continua a ter um peso fortíssimo. Só pra terem uma ideia, desde que a Águas de Portugal começaram a facturar à Câmara, esta pagou, nestes anos, qualquer coisa como 93 M€.

O prazo médio de pagamento a fornecedores tem vindo a diminuir, sendo que, neste momento, estamos abaixo dos 80 dias. Temos uma preocupação com o excesso de endividamento, que é algo que pode condicionar os nossos investimentos, sendo de recordar que passámos dos 32 M€ para 7 M€ e esperamos que, até ao final do ano, consigamos reduzir um pouco mais.

No domínio da economia, sublinharia, sobretudo, o aspecto da cooperação, que é, cada vez mais, essencial para conseguirmos atingir objectivos, quer do município, quer do Alentejo, e temo-la vindo a reforçar com as associações empresariais e sindicais, com as entidades locais e regionais, e existem, cada vez mais, projectos com essas parcerias, que são absolutamente fundamentais.

Com respeito à base económica, continuaremos a ter novos investimentos em Évora, tanto assim que acabámos de assinar um acordo com uma empresa que produz produtos para automóveis de corrida, na ordem dos 5M€, que se instalará no PITE e que criará 50/60 postos de trabalho. Temos outras empresas que estão, também, em fase final de negociação, em várias áreas, como a aeronáutica, a agro-alimentar, o turismo, etc.

No que se refere ao ramo do património, da cultura e da ciência, estamos muito preocupados com a questão do Plano de Salvaguarda, porque as coisas andam demasiado lentamente e tem que haver uma solução para este tipo de situações. No que toca ao património concelhio, sobretudo nas freguesias, temos vindo a fazer um levantamento para poder integrar estes produtos em ofertas turísticas e nouro tipo de circuitos, como, por exemplo, o Cromeleque dos Almendres, que esperamos, dentro de pouco tempo, poder assinar o acordo com o proprietário, para que se possa passar a sua gestão para a esfera pública.

Sobre a cultura, queremos assegurar uma programação regular de qualidade em vários campos e pretendemos que, no início de Janeiro, se apresente, pela primeira vez, um plano anual para o TGR. Iremos continuar a qualificar equipamentos, como o TGR e o Salão Central, no âmbito do tal Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Na vertente da educação pública, temos três projectos a andar, em termos de obra (S. Mamede, Almeirim e Manuel Ferreira Patrício), e estamos a tratar com o Ministério da Educação a cessação do contrato de execução.

Na área social, a nossa grande aposta vai para a rede social, na criação progressiva de um plano integrado para o sector, que possa envolver um conjunto de instituições que aqui actuam.

No capítulo do desporto, a ideia é conseguir pôr os clubes a trabalharem em conjunto, para se conseguir uma estratégia comum para se desenvolver o desporto no concelho. Queria aproveitar para saudar os 100 anos do Juventude Sport Clube, onde tivemos oportunidade de abordar este assunto.

No campo da juventude, estamos a terminar o diagnóstico juvenil, que nos permitirá apontar medidas políticas para o sector: a aposta no Conselho Municipal de Juventude e a procura de um novo espaço para dar resposta a questões colocadas pelos jovens, coisas que são fundamentais.

Ao nível do ordenamento e urbanismo, está em curso a revisão do PUE e a operação de reabilitação urbana. Estamos a ultimar o Plano Local de Habitação e estamos a alterar os estatutos da Habévora, no sentido de esta ter maior capacidade para intervir no mercado social de habitação, no alojamento estudantil e noutras áreas.

Relativamente à qualificação da cidade, lamento informar que a União Europeia não concede financiamentos para a rede viária, a qual está muito degradada e que precisa de muitos milhões de euros de investimento, pelo que continuaremos a ter dificuldades nela, apesar de prevermos investimentos para a mesma.



Por outro lado, temos uma protecção civil com uma boa capacidade de resposta e, ao nível da segurança, estamos a dar alguns paços no trabalho que temos feito com a PSP e com a GNR, mas precisamos de ir mais Lomé na cooperação. Saliitaria aqui a importância do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários, que manifestaram a sua preocupação face às alterações que estão previstas no âmbito do modelo da protecção civil.

Quanto ao Orçamento, continuamos a aproximar o orçamento virtual do real, uma vez que o mesmo, para 2019, apresenta 54 M€ e ainda temos uma verba, na ordem dos 7M€, que tem a ver com a dívida transitada, pelo que, em rigor, o Orçamento real rondará os 47/50 M€.

Acerca dos custos financeiros, com referência aos empréstimos, que temos que pagar, repararão que estamos a falar em qualquer coisa como mais de 6 M€.

Os objectivos principais são: reduzir o desequilíbrio económico em 5%, a dívida entre e 5 e 10%, garantir fundos disponíveis na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e assegurar investimentos estruturantes”, concluiu.

Retorquindo, o Sr. **Adelino Fonseca** afirmou: “O Sr. Presidente da C. M. surpreendeu-nos a nós, PS, ao apresentar as GOP, que, no fundo, são o reescrever das GOP para 2018 (digo isto porque comparei as duas), dado que, à margem da alteração de algumas datas e de alguns números, elas têm um conteúdo semelhante.

Pegando na sua introdução, enuncia e enumera um conjunto de condicionantes que nos surpreenderam, porque, na primeira condicionante, vem imputar responsabilidades ao OGE para 2019, tal com já tinha feito anteriormente. Isto não quer dizer, de forma alguma, que estejamos em desacordo com o Sr. Presidente, mas há duas ópticas para ler este aspecto e uma delas gostava que o Executivo pudesse encará-la como um desafio e utilizar os meios que estão à sua disposição, considerando que até tivemos um acréscimo, por parte do O. E., de 7,75%, em que se cumpriu a Lei das Finanças Locais, mais 2,75%. Pergunto-lhe se isto não será um incentivo e um desafio para uma gestão de rigor, em que o exercício de 2019 nos possa trazer alguma inovação, algum crescimento e melhoria social?

Há aqui uma repetição que nós lamentamos um pouco e perguntamos-lhe porque volta a referir a questão da dívida com o aspecto de acrescentar novos valores desconhecidos a cada ano? O Sr. é Presidente deste Executivo há 5 anos e ainda que lhe possa assistir alguma razão, não será altura de deixarmos isso para trás, até porque isto, a acontecer, é de uma elevada responsabilidade, que tem que ser assumida por alguém. Gostaríamos de saber se, neste momento, já tem algum feedback para nos dar nessa matéria.

Depois, vem falar-nos noutra pormenor de que considera, em rigor, que o Plano de Saneamento Financeiro substituiu o PAEL. Não o entendemos assim. Gostava que o Sr. Presidente explicasse como é que julga que o PSF substituiu o PAEL se o Sr. não amortizou este, o qual continua em vigor, uma vez que o seu saldo continua a vigorar nos documentos. Portanto, não há aqui uma substituição, mas sim uma acumulação de dois empréstimos, que lhe permitiram pagar dívidas a fornecedores, etc., mas se o fez, então há uma coisa que lhe pergunto: ao pagar essas dívidas, e não tendo liquidado o PAEL na totalidade, libertou meios financeiros que lhe permitem fazer investimentos, obras de conservação e manutenção e dar outras condições de qualidade de vida aos eborenses?

Sabemos que desenvolveu um esforço no sentido de renegociar o PAEL, mas tal surpreendeu-nos, porque o mesmo está na dependência de uma lei e que não prevê qualquer negociação.

O Sr. assume que o Plano de Saneamento Financeiro permitirá, em 2019, conferir alguma margem em vários aspectos, incluindo o investimento, pelo que lhe pergunto de que investimento está a falar? É que nós, à parte do Salão Central, do Palácio D. Manuel, do TGR e de algumas vias, não



conhecemos outros investimentos estruturantes ou significativos que possam que resultem desta facilidade que conseguiu obter. Não vejo, nesta sua introdução, uma visão dinâmica e de futuro, que preocupa, mas que acredito que o Sr. possui”.

De imediato, o Sr. **Nuno Alas** expressou que a transparência também era facilitar aos munícipes uma consulta fácil, objectiva e imediata àquilo que a Câmara se propunha fazer, achando que cruzar as GOP com o Plano Plurianual de Investimentos e com o Orçamento era um exercício difícil. Segundo a sua óptica, um cidadão que quisesse saber o que a CME tinha planeado para 21019 era quase impossível, não esquecendo que existiam autarquias que tinham formas mais fáceis de comunicar, de apresentar ideias, de as balizar financeiramente e de identificar os seus cronogramas, pelo que sugeriu ao Executivo que, no futuro, procedesse da mesma maneira.

Por outro lado, parecia-lhe que se andava há 4/5 anos sempre à volta dos mesmos temas, sendo que a única coisa que tinha evoluído era uma melhoria na situação financeira, porque, de resto, andava-se sempre a estudar, a planear e limitados pelo PAEL, pensando que a edilidade tinha muito mais para fazer do que aquilo.

Seguidamente, deu a conhecer que o PSD tinha apresentado 7 propostas para 2019, algumas repetidas do ano transacto por falta de concretização. Assim, entendia que, perante o documento facultado, havia um conjunto de fragilidades consideradas fundamentais, tais como: **a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027** – Pensava que não existia nenhum membro presente na sala que não apoiasse, de forma firme, a mesma e que não estivesse disponível para trabalhar. Embora percebendo que aquela era a temática geral das GOP, inquiriu o que era que se iria fazer em 2019 acerca dela. “*Um simpósio internacional*”? “*A definição de uma comissão executiva*”? “*A identificação de individualidades*”? “*Um cronograma ou um programa de acção bem definido, que diga que Évora está cá para o efeito*”? , interrogou também. “Sr. Presidente, eu não consigo perceber, no Plano, essa ambição, porque não a consigo ler;

Educação – “*Lemos neste documento que, a dada altura, a Câmara revogou o acordo estabelecido com o Ministério. Essa é uma opção política, com a responsabilidade que a população, porventura, lhe poderá assacar. Estamos a chegar ao final do 1º período escolar, sendo que funcionários estão, neste momento, a assegurar o serviço dos tarefeiros, e não sabemos como é que vai começar o 2º período. Isto é de uma aflição para as famílias, para a comunidade escolar e para os responsáveis políticos. Os directores das escolas, neste momento, não sabem como deverão orçar, por exemplo, as despesas relacionadas com a conservação. Foi uma opção deste Executivo, que foi votada, revogar esse acordo. Eu, politicamente, acho um erro tremendo. Estamos em risco de iniciar o 2º período com graves problemas com os funcionários e sem as situações estarem asseguradas, quer para os alunos, quer para os funcionários.*

Quanto ao Orçamento, durante as 35 páginas iniciais percebemos que pensou muito, que se é contra muita coisa, muito preâmbulo, mas pouca acção. E muito prefácio cheio de contradições, de que o PAEL e Plano de Saneamento Financeiro não prestam, mas que permitiram esboçar a curva descendente das dívidas e a curva ascendente do equilíbrio financeiro e orçamental da C. M. Críticas também à alteração da Lei das Finanças Locais, mas nos podemos esquecer que esta lhe trás mais receita, ou seja, a CME ver aumentados os recursos financeiros transferidos pelo O. E.

Reposição das freguesias – O povo está contra a extinção das freguesias? Nós sabemos que o PCP está! O povo não sei se está! Incluir isto numa acção, acho que não faz sentido.

Mais investimento, mais emprego, mais economia – 2ª fase do PACT – Bem sabemos que a Câmara é dona dos terrenos e que quer lançar o projecto, só que, no meio de isto tudo e com tanta inércia, o que nós esperamos de si é que seja o líder deste processo. No nosso concelho precisamos de empresas



que criem emprego qualificado e de oportunidades para os jovens se fixarem, cabendo-lhe a si liderar isso.

Feira de S. João – Prosseguimos a estudar, a pensar muito, a falar nisso e não fazemos nada. É que discutir o certame não custa dinheiro e é uma questão, entre os políticos e os agentes económicos, de repensar o modelo, mas temos que o fazer.

Se não estou em erro, já devia ter sido iniciada, em 2018, a revisão do P. U. e não o foi, sendo que nos parece que é importante reflectirmos e definirmos o planeamento estratégico do território desta cidade”, rematou.

Voltando a ficar privado, momentaneamente, do seu posto de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** concordou que o documento em equação era de difícil leitura para o cidadão comum, tanto assim que um seu grupo de amigos, reclamantes da criação de um parque canino para o concelho, lhe tinha pedido para lho emprestar, o que aceitou, adiantando que, passados dois dias, as pessoas lhe tinham telefonado dizendo: “*Oh Bruno, explica lá isto, porque nós estamos fartos de aqui procurar e não encontramos. Eles vão atender à nossa reivindicação, ou não?*”? Perante isto, frisou que a Administração Municipal não ia atender ao pedido e que lhe parecia que o Sr. Vice-Presidente da CME garantira que estava prevista, nas GOP e no Orçamento, tal edificação, coisa que o próprio não vislumbrara. Assim, comentou que os cidadãos se perdiam no meio de tanta conversa e pouca objectividade na informação. Apesar de tudo, passou a ler o seguinte texto: «Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda gostaria de realçar que compreende a necessidade de se expor, no início do documento, algumas das condicionantes que, sem dúvida, influenciam a gestão e as tomadas de decisão. De facto, não podemos ignorar as restrições impostas pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, pelo desequilíbrio económico estrutural do Município, pela perda de autonomia do poder local e pelo PAEL.

Mas, não podemos deixar de dizer o seguinte, em relação a duas destas condicionantes:

1. A perda de autonomia do poder local é evidente, mas a luta pela retoma e reforço desta autonomia não pode, na nossa opinião, passar por processos de transferência de competências do Estado Central, que se traduzam numa desresponsabilização deste e do assumir de encargos e competências que não devem caber aos municípios. Mas mais autonomia deve implicar, também, mais democracia, pelo que a Regionalização, enquanto processo democrático de gestão do território, deve ser assumida como um imperativo, rejeitando que competências atrás de competências sejam transferidas para as Comunidades Intermunicipais que, quer queiramos ou não, não são órgãos de eleição directa;

2. Em relação ao PAEL, realçamos positivamente a tomada de iniciativa do município em avançar com a proposta da substituição deste pelo Plano de Saneamento Financeiro, com o objectivo de devolver mais autonomia e reduzir ou eliminar as cláusulas mais penalizantes, quer para o Município, quer para a população. Ainda assim, continuamos a considerar que este executivo, tão crítico de tais imposições, deveria apresentar à população o seu Orçamento sem tais imposições. Seria um exercício de transparência e de elevação política conhecermos como seriam os orçamentos CDU sem contar com os impostos e taxas no máximo.

O Bloco de Esquerda associa-se à análise da situação económica e social do município, considerando que este deve ser o ponto de partida para grande parte das opções políticas tomadas pelo executivo.

Reconhecemos que as Grandes Opções do Plano dão resposta genérica ao Programa de Governo Municipal apresentado pela CDU e sufragado nas últimas eleições autárquicas, e estamos plenamente de acordo que o mote para estas Opções do Plano seja a afirmação da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura/2027. No entanto, não podemos deixar de assinalar que não se vislumbram, nas GOP, acções e metas concretas, sendo a temática tratada em três pequenos parágrafos. Faz falta, de facto, uma visão e uma estratégia cultural de longo alcance, mas nem o passado nos dá a confiança



necessária, nem tão pouco o que se projecta para o futuro faz antever tais desígnios. Esperemos que a aparente ausência de estratégia (totalmente omissa neste planeamento) em torno da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura seja colmatada pela prática nos próximos doze meses. O Bloco de Esquerda reafirma o seu empenhamento em torno desta candidatura, disponibilizando-se para trabalhar em conjunto com o executivo, instituições parceiras e toda a população para a construção de uma candidatura forte, empenhada e que, independentemente, da conquista final, se possa traduzir em ganhos para o concelho, ao nível da cultura e património, pilares que consideramos fundamentais para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho.

Após leitura do documento, consideramos que ele peca por escasso em algumas áreas, pelo que não podemos deixar de transmitir algumas das nossas preocupações e propostas, conscientes da relação de forças existente, resultado das últimas eleições

Fazemo-lo por duas grandes razões: 1 - Por respeito a todos aqueles e aquelas que votaram no Bloco de Esquerda e no programa eleitoral levado a sufrágio; 2 - Imbuídos de um espírito de cooperação com a actual maioria, no sentido de procurar consensos e a melhoria das opções futuras do município e, consequentemente, da qualidade de vida dos munícipes. Não apresentamos propostas para que o programa do Bloco seja a linha orientadora, pois sabemos e reconhecemos a larga maioria existente decorrente da vontade expressa nas urnas.

Tendo em conta este pressuposto, permitam-me uma análise das Grandes Opções do Plano e do Plano de Actividades, partindo das áreas incluídas no documento que hoje analisamos, revelando quais os seus pontos fortes e quais os aspectos que gostaríamos de ver espelhados e que, infelizmente, não constam.

I. Évora Participativa

Consideramos positivo que se assuma como princípio político a promoção da democracia participada, motivando a participação popular nos processos de tomada de decisão da gestão municipal. Saudamos os Programas de Auscultação Não Institucional, de Estruturas Consultivas Locais de Participação, de Fomento da Dinâmica Popular. Consideramos as actividades plasmadas no Plano de Actividades interessantes, ainda que bastante abertas e vagas, pelo que esperamos que algumas propostas por nós apresentadas possam ter aqui cabimento, nomeadamente: i) a elaboração e apresentação pública de relatórios que especifiquem as actividades e acções adoptadas pelos órgãos autárquicos, na sequência das recomendações de todos os Conselhos e Comissões Municipais; ii) a criação de novos órgãos consultivos (Séniiores, Crianças e Pessoas com Deficiência); iii) e a realização de reuniões públicas de Câmara descentralizadas nas Freguesias Rurais.

No que ao objectivo de reequilíbrio das finanças municipais diz respeito, concordamos com a análise efectuada, nomeadamente no que ao problema do contrato com a Águas de Vale do Tejo diz respeito. Concordamos com a necessidade urgente de garantir a saída do sistema multimunicipal de águas e saneamento e a integração numa parceria pública. Ainda assim, gostaríamos que o documento fosse mais claro e que fosse integrada uma posição mais forte e que estivessem previstas acções de envolvimento da população, por forma a exercer uma fonte de pressão clara e inequívoca face ao poder central, que se tem mostrado inflexível nestas questões.

Concordamos, ainda, e na área do apoio ao movimento associativo, com o programa de apoios materiais e financeiros, mas continuaremos a defender a definição, com clareza, através de Regulamento, dos critérios de atribuição destes apoios, em condições de transparência e equidade.

Ainda no domínio de Évora Participativa, continuaremos a defender, embora tal não esteja patente nestas opções do plano: i) A realização de referendos locais sobre questões cruciais, que não constem



do programa eleitoral da força que preside à Câmara; ii) A introdução gradual de Orçamentos Participativos em áreas específicas; iii) A adaptação do sítio da Câmara Municipal na Internet, de forma a prestar informação detalhada, de fácil acesso e leitura simples; iv) A redução do recurso a procedimentos de ajuste directo e consulta prévia, devendo ser publicada a lista de candidatos auscultados por convite sempre que se recorra a este tipo de contratação.

II. Évora Criativa

Consideramos extremamente positivo que se afirme que o Património, Cultura e Ciência sejam as grandes prioridades estratégicas do presente mandato.

Saudamos o Programa de Revitalização do Centro Histórico, assim como o programa de regeneração urbana em marcha, o qual esperamos que siga conforme o planeado e permita uma forte revitalização do nosso Centro Histórico.

Mas não podemos deixar de assinalar o processo moroso e pouco objetivo em torno do imperativo da fixação da Zona Especial de Protecção e o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Évora. Estes são instrumentos cruciais para a salvaguarda do que de melhor temos, pelo que ver ano após ano a mesma promessa e poucos frutos, começa a tornar-se insustentável e inadmissível.

Consideramos, ainda, extremamente positivo que esteja prevista a intervenção, no âmbito das competências municipais, da salvaguarda, recuperação e promoção do património megalítico do concelho, em especial do Cromeleque dos Almendres e da Anta do Zambujeiro. Mas em relação ao Cromeleque, como está o processo de negociação com os proprietários do terreno? Que passos foram dados? Que propostas foram feitas?

No que à Cultura diz respeito, continuaremos a defender uma estrutura de participação de todos os agentes culturais, que actuam no concelho, para melhorar e democratizar a oferta e para a discussão das políticas culturais para o município. Defenderemos ainda: i) A criação de um Programa de Reconhecimento de Lojas e Entidades históricas; ii) A criação de uma Galeria Municipal de Arte; iii) E a aprovação de um Regulamento de utilização do Salão Central Eborense, onde seja claro quem pode utilizar este espaço e para que fins, sendo que rejeitaremos liminarmente a atribuição da gestão do espaço a uma única entidade ou agente cultural.

No que ao Património diz respeito, consideramos imprescindível a revisão do Regulamento da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património, na sua qualidade de órgão consultivo camarário, desenvolvendo a sua componente propositiva e para que possa preparar as bases para um Plano Estratégico de Defesa do Património.

III. Évora Solidária

O Bloco de Esquerda revê-se nos programas e acções planeadas pelo município nas áreas da Educação, do Combate às Desigualdades e Reforço das Respostas Sociais, da Juventude e do Desporto. Acções importantes e que esperamos poder avaliar como implementadas no final do ano de 2019.

Gostaríamos, ainda assim, de ter visto plasmadas as seguintes acções, na área da Inclusão, Habitação Social, Educação, Juventude e Desporto:

- O desenvolvimento de políticas de acção positiva, em particular para as diferentes minorias, e para os recém-chegados (migrantes e refugiados). Consideramos que a criação de equipas de mediadores culturais deveria ser uma prioridade, assim como a criação de condições para a passagem e alojamento das comunidades nómadas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- O desenvolvimento de um Plano de Acção Local “Évora das Crianças”, com vista à integração de Évora na rede de Cidades Amigas das Crianças;
- O desenvolvimento de uma política de inclusão das pessoas com deficiência;
- O desenvolvimento de uma política de promoção da igualdade de género e de tolerância zero contra a violência de género, assim como de promoção dos direitos da comunidade LGBT;
- Uma gestão mais transparente, com critérios claros e facilmente percebidos por todos os candidatos a habitação social, devendo estes ter um acompanhamento social mais próximo;
- A criação de uma bolsa de habitação de emergência;
- O alargamento da cobertura do ensino pré-escolar público no concelho, nomeadamente na zona da Horta das Figueiras.
- O incentivo e apoio à organização de actividades permanentes de Desporto para Todos;
- A promoção de iniciativas de utilização da ecopista, que deverá ser objecto de manutenção e limpeza, com condições de segurança para os utilizadores.

Na área do desenvolvimento económico e turismo:

Realçamos como positivo o lançamento do debate sobre a aplicação da taxa municipal turística, na perspectiva de que esta deve ser usada precisamente para a minimização de impactos e melhoria das condições de fruição do concelho, mas consideramos que deveria ser:

- Elaborado um plano para menorização dos impactos negativos dos fluxos turísticos na cidade;
- Lançada uma campanha de promoção das zonas rurais como espaços de pureza ambiental, vocacionadas para o turismo de natureza;
- Dinamizada a actividade da Comissão Municipal de Economia e Turismo, no sentido de propor as bases para um novo Plano Estratégico de Desenvolvimento da região de Évora;
- E criado um programa municipal de incentivo à revitalização do pequeno comércio de proximidade.

IV. Évora Sustentável

Área abrangente e de extrema importância para o nosso futuro colectivo. O Bloco de Esquerda concorda com os objectivos estabelecidos ao nível do ordenamento do território, preservação do ambiente e reforço da protecção civil. Muitas das actividades são coincidentes com as propostas no nosso programa municipal, pelo que esperamos a sua implementação ao longo do próximo ano.

Existem, ainda assim, algumas opções que consideramos importantes para o futuro do município e que não vemos objectivamente plasmadas nos documentos apresentados. Defendemos:

Ao nível da Reabilitação Urbana:

- A delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) que permitirão o enquadramento das necessárias intervenções no quadro legal da Reabilitação Urbana e do Regime Excepcional da Reabilitação Urbana;
- A revisão urgente do PDM. Para quando senhor Presidente?
- A intervenção no Mercado Municipal 1º de Maio, por forma a torná-lo num espaço aberto e num ponto de atracção para munícipes e visitantes;
- A Melhoria das condições dos mercados de levante e a criação de novos mercados e feiras de rua, bem como dar novo fôlego à Feira de São João.



Ainda ao nível da sustentabilidade, consideramos que deveria ser prevista a revisão do PIER do Monfurado, para eliminar, de vez, a possibilidade de mineração naquele local.

Ao nível da Mobilidade:

- A definição de um Plano de Mobilidade Municipal;
- A reavaliação do fornecimento de transporte público, de forma a ajustar horários de transportes e do serviço de transporte entre a sede do concelho e as freguesias rurais, e a universalidade de acesso;
- A promoção de uma equilibrada e saudável convivência entre as pessoas e os vários veículos automóveis, definindo zonas pedonais;
- O estabelecimento de corredores lajeados nas ruas do centro histórico, que permitam a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida;
- A revisão sistemática da sinalética viária e da marcação de novas passadeiras para atravessamento de peões e manutenção das existentes.

Ao nível da Água e Saneamento:

- A implementação efectiva do acesso automático à tarifa social da água, recomendação já aprovada por este órgão deliberativo;
- A promoção de campanhas de incentivo ao consumo da água pública, nomeadamente nas escolas, permitindo, assim, reduzir a produção de resíduos plásticos;
- A revisão das condições de recolha de lixo e a colocação de ecopontos no Centro Histórico, com vista a resolver os problemas actualmente existentes, de forma mais conveniente para os cidadãos e comerciantes.

Ao nível da defesa dos direitos dos animais:

- O aumento das verbas para o Serviço do Veterinário Municipal;
- A elaboração de um programa de promoção do respeito pelos animais, em colaboração com as associações e activistas dos direitos dos animais;
- A melhoria das condições de instalação, alojamento e alimentação no canil/gatil municipal e apoio às associações que recolhem animais abandonados;
- A intensificação dos programas de adopção de animais de companhia abandonados;
- A não autorização ou apoio, directo ou indirecto, à realização de espectáculos com animais.

Quanto ao **Orçamento Municipal**, destacamos, pela positiva, a diminuição do valor global do Orçamento, estando cada vez mais próximo da realidade, não sendo necessário o empolamento das receitas, como havia sendo hábito em anos anteriores, nomeadamente ao longo da gestão do Partido Socialista. É um orçamento mais realista e é, sem dúvida, fruto de uma melhor gestão técnica.

Ainda assim, consideramos que existem aspectos negativos, preocupantes ou que necessitam de ser esclarecidos:

1. O executivo apresenta, uma vez mais, uma previsão de receita com impostos directos, que sobe em relação ao ano anterior, ficando cada vez mais claro quem realmente está a pagar os erros de gestão do passado e, de alguma forma, quem paga o brilharete que este executivo quer assumir como fruto do que apelidam de uma excelente gestão económico-financeira. Em relação ao ano passado, o executivo CDU prevê arrecadar mais 7,5% com impostos directos e se tivermos em atenção aquela que era a previsão para o ano de 2016, o aumento na previsão da receita, a este nível, é de mais 25,7%. A cada ano que passa, dos últimos 4 anos, a previsão com a receita de impostos directos aumenta



exponencialmente, curiosamente em orçamentos de receita global que vão diminuindo e ajustando-se à realidade. Quem está realmente a pagar este reequilíbrio financeiro, senhor Presidente?

2. A questão é mesmo quem está a pagar a factura. Peguemos nas taxas sobre a Água (taxas fixas da água, saneamento e resíduos) e facilmente vemos o que vai acontecer à fatura da água dos eborenses. No ano passado, o executivo previa arrecadar 150.500€ de receitas com estas taxas. Este ano prevê uma receita na ordem dos 498.000€. Mais 231% em 2019 do que em 2018. O que significa isto, senhor Presidente?

3. Ainda do lado das receitas, são anunciados grandes projectos, como a reabilitação do Salão Central, do Teatro Garcia de Resende e sua envolvente e de tantos outros, a que se soma o projecto LIFE. Estranhámos que do lado da receita apenas se preveja uma participação comunitária para projetos cofinanciados, no total de 1,6 Milhões de Euros. Este valor servirá para que investimentos reais no ano de 2019, para lá dos projectos e das promessas? O que é que em 2019 os eborenses poderão contar? É que, sendo este o ano de afirmação de tantos projectos, é de estranhar que o valor previsto do lado da receita para projectos cofinanciados tenha descido de 5,4 Milhões, em 2018, para 1,6 Milhões, em 2019.

Mas do lado da despesa existem, também, aspectos preocupantes:

1. Voltamos a assistir a um aumento nas despesas com operações financeiras, nomeadamente um aumento brutal com juros e outros encargos. Se em 2018 se previa gastar cerca de 1,7 Milhões de Euros em juros e outros encargos, para 2019 prevê-se uma despesa de 3,1 Milhões de Euros. Um aumento de 82,4%.

2. Verificamos um tímido aumento no orçamento para a cultura. Num ano que se quer de afirmação da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, verificamos que não existe uma real intenção de apostar nesta área, em termos financeiros.

3. Continuamos a assistir, na aquisição de serviços, e especificamente nas rubricas “outros”, a verbas avultadas, que não nos permitem perceber nem aferir qual o destino previsto para tais despesas.

Infelizmente e em suma, continuamos a verificar que serão os munícipes a pagar pelos erros de gestão do passado, com impostos e taxas no máximo legal permitido, sendo eles os verdadeiros obreiros, fruto desta injustiça, da recuperação económica do município. 2019 deverá ser tempo de escolhas e de posições claras e inequívocas. Conta o executivo municipal com o apoio do Bloco de Esquerda para uma negociação forte, com posições de luta colectiva, se necessárias, pela justa integração numa parceria pública, para a gestão da água e saneamento e pela revisão dos termos imorais impostos pelo contrato do PAEL, mas não podemos continuar a dar o nosso voto favorável a opções do plano e orçamentos que não rompem verdadeiramente com os problemas identificados e que não permitem o vislumbre de uma estratégia e visão claras para o desenvolvimento do nosso concelho. Face ao exposto, o Bloco de Esquerda irá abster-se na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019».

Depois, falou o Sr. **Frederico Carvalho**, que declarou: “*Concordamos com o que a bancada do PSD e o BE comentaram sobre o teor das GOP, porque é um documento pouco perceptível, pouco operacional, pouco efectivo e pouco transparente, do ponto de vista da clareza das ideias daquilo que se pretende apresentar para o próximo exercício.*”

Nós, «Coligação Afirmar Évora», agradecemos, mais uma vez, o facto de nos terem ouvido sobre a discussão e apresentação de propostas para este novo Orçamento. Apresentámos, no ano passado, 31 propostas e este ano 54 e ficámos com a ideia de que muitas delas seriam acolhidas, mas não conseguimos vê-las plasmadas no documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na realidade, as GOP parecem um copypast e sentimo-nos manifestamente desiludidos e frustrados. Os eborenses desejariam que houvesse um Orçamento de projecção e de estratégia, que se afigurasse como um rasgo estruturante. O que vimos, neste momento, é pouca clareza e ousadia. De qualquer maneira, nós concordamos com a estratégia económica, de que deve passar pelo cluster aeronáutico e pelo turismo, especialmente ao nível cultural, e pela indústria agro-alimentar. Mas o que é que tem sido feito com essa finalidade?

Saudamos a aposta na optimização dos recursos municipais, nomeadamente o Aeródromo Municipal. Finalmente, parece haver alguma iniciativa nesse ponto de vista, mas foram precisos 5 anos, Sr. Presidente? Parece-me tempo demais!

Acerca do turismo, realçamos a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, mas o que é que tem sido feito? Não temos estado a perder tempo sobre esse tema? Onde é que está o plano estratégico da cultura? A casa deve ser construída pelos alicerces.

Quanto à questão da reabilitação do centro histórico, também ele fundamental, porque é a nossa «galinha dos ovos de ouro», uma vez que se trata de riqueza do património edificado, histórico e artístico que traz turistas a Évora. O que é que tem sido feito para reabilitar o PEDU? O que é que tem feito no âmbito do IFRRU? O que é facto é que vemos, cada vez mais, edifícios monumentais, alguns religiosos, ao abandono e não vimos qualquer tipo de estratégia, por parte deste Executivo, para a resolução do problema.

Na área do fomento da actividade económica, agrada-nos a questão do agro-alimentar, mas o que tem sido feito para o seu desenvolvimento? Falar numa indústria de descasque de amêndoa na Freguesia de S. Bento do Mato parece-nos que, sem desprimor para esta Administração Municipal, o grosso do mérito é da iniciativa privada. Nós não vimos, do ponto de vista de eficiência e de delineação de estratégia conjunta com as grandes entidades que versam sobre essa temática, uma palavra de efectividade e de concretização. Nós vemos este Executivo sempre muito expectante e quase sempre muito reactivo, sendo que não é possível termos mais população no nosso concelho sem as condições mínimas de bem-estar. Repare, Sr. Presidente, o assunto da limpeza é essencial para o nosso concelho e para a cidade. Acordou este Executivo tarde e o serviço ainda é insuficiente.

Não vislumbramos soluções para o problema da água e do saneamento, a curto e a médio prazo, até por razões de limitação financeira e pelos pagamentos que têm que ser feitos à respectiva entidade.

Sobre a habitação, acordou tarde para este problema, Sr. Presidente. Foi reactivo e não proactivo.

Relativamente aos transportes e das acessibilidades, acordou tarde, Sr. Presidente. Não teve uma estratégia delineada e não quis assumir o sector assim que agarrou este Executivo. Há aqui duas vertentes: a das acessibilidades, porque Évora está completamente atrofiada, do ponto de vista do trânsito automóvel; e os transportes públicos – Admitimos que ainda está um contrato de concessão em vigor, mas a Câmara tem que ter uma estratégia delineada e assumida publicamente sobre o que pretende desse segmento.

Cada vez mais sentimos que se cava um hiato entre o centro histórico e o centro urbano da cidade e as suas freguesias rurais. Não há forma de se quebrar a sangria sobre a desertificação das freguesias rurais. Gostaríamos, também, que tivesse uma palavra acerca desta problemática.

Évora tem uma história, um valor, uma pujança associada e uma séria dimensão administrativa, universitária, eclesiástica e geográfica, que lhe daria margem para ser a grande cidade a sul do Tejo, e nós não conseguimos ver sequer um laivo, ou uma opinião, sobre a questão da urbe na sua dimensão regional. Obviamente que seria importante afirmar Évora Capital Europeia da Cultura, para poder alavancar esse conceito, mas não vemos uma estratégia de médio e longo prazo, e era isso que era exigido a uma autarquia como Évora, com um Executivo que honrasse a própria história e a capacidade do seu partido, que muito já deu a esta cidade e a este concelho.



Face àquilo que nos apresenta, que não passa de um reeditar do documento anterior, a Coligação «Afirmar Évora» irá votar contra”.

Por sua vez, o Sr. **João Canha** asseverou: *“Analisando as GOP e a estrutura do Orçamento e complementando, até, com a ordem de trabalhos de hoje, nós conseguimos compreender que o acréscimo de receita não significa um acréscimo de visão, pelo que o acréscimo de receita vai significar um acréscimo de contratações, um acréscimo da estrutura dirigente e dos encargos salariais que isso comporta, e vai significar que há um conjunto de oportunidades que se perdem neste processo.*

2º Ponto- 54M€ de Orçamento, em que 26M€ estão adjudicados a pagamento de salários e a despesas correntes, e dos outros 28M€, 14M€ ficam na tal rubrica «outros». Esta rubrica é o limbo da transparência, onde dificilmente conseguimos pôr fiscalização.

3º Ponto – O descuido nos instrumentos de planeamento é um desrespeito pela fiscalização democrática e pela democracia e, por isso, este é um instrumento que nos salta à vista não estar formatado para não ser aprovado.

Em relação à Capital Europeia da Cultura, nós sabemos que em 2027 cabe a Portugal e à Letónia. Isto foi uma bandeira partidária, no processo eleitoral, mas dá-nos a sensação que falta fazer disto uma bandeira política e de dinamização da comunidade à volta da iniciativa. Chegam-nos notícias de outras candidaturas, como Coimbra e Aveiro, onde o trabalho de envolvimento dos parceiros locais está a ser feito de forma dinâmica e empenhada. Mais importante do que o resultado final da candidatura, é o envolvimento dos parceiros locais para a valorização do território, para ser um processo âncora, que faça com que outras coisas se estruturam e dinamizem neste espaço. Não vemos que esteja espelhada, no Orçamento, a convicção da afirmação desta candidatura, sendo que podemos fazer dela o tema da Feira de S. João do próximo ano, mas podemos continuar a marcar passo e a não fazer a afirmação da candidatura. Que envolvimento já se promoveu dos agentes culturais? Que impacto se espera com este processo? Onde é que se inscreve o esforço financeiro e orçamental para a instrução e a condução desta candidatura? Não conseguimos descobrir”!

De imediato, o Sr. **José Figueira** leu o seguinte texto: «Os eleitos da CDU, Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV, na Assembleia Municipal de Évora, tiveram ocasião de se debruçar sobre os respetivos documentos.

Considerandos sobre as Opções do Plano, PPI e PA:

1. Reforça-se o cumprimento das opções programáticas para o período de 2017-2021, de Évora participativa; Évora Criativa; Évora Solidária e Évora Sustentável, as quais enquadram as Opções do Plano para 2019, que integram os documentos: Relatório de Apresentação e Enquadramento; o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades não incluídas no PPI;
2. Mantém-se um conjunto de condicionantes, devidamente identificadas, das quais se destaca: as constantes no OE 2019; a dívida herdada em 2013 e consequente restrição financeira orçamental e desequilíbrio económico estrutural do Município; perda da autonomia do poder local; contrato de empréstimo do PAEL e do Plano de Saneamento Financeiro. Ainda assim, da impossibilidade de lançar investimento público municipal, verificada no anterior mandato, verifica-se que se tem vindo a aumentar gradual e significativamente a capacidade de investimento público municipal, de que Évora tanto carece;
3. Releva-se, no quadro dos Programas, Planos, Acções e Investimentos, que o ano de 2019 será o ano de lançamento formal e afirmação da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura/2027, que envolva a comunidade local e regional, que promova Évora e o Alentejo, anunciando-se a aposta na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- construção de um programa abrangente, criativo e inovador, que se funde na nossa identidade e na nossa cultura e que chame à participação o Povo e as instituições de Évora;
4. A par desta iniciativa, de importância estratégica, importa relevar projectos estruturantes constantes nas Opções do Plano: o acompanhamento e ação no processo de construção do Hospital Central Público do Alentejo em Évora; o acompanhamento e intervenção no processo de construção da ligação ferroviária de mercadorias Sines-Évora-Espanha, no troço de Évora;
 5. Outros projectos de idêntico significado irão dar passos significativos, quanto à sua execução, concretização e reabilitação, com novas funções do Salão Central e, ainda, o trabalho de definição do Centro de Acolhimento ao Turista, a localizar na zona da Praça 1º de Maio e interligando o Palácio D. Manuel, o Mercado Municipal e o Museu do Artesanato; o reforço da importância do trabalho dos agentes culturais e criadores locais, garantindo um programa de dinamização através da chamada à participação em projectos como Artes à Rua, JazzFest, Festival de Música Contemporânea, Festival de Música Antiga, celebração das Janeiras, Vozes de Abril e outros; O ordenamento e a reabilitação do espaço térreo confinante com o Teatro Garcia de Resende, surge como um projecto de qualificação e de melhoria da fruição do espaço público;
 6. Igualmente, afirma-se a importância da ciência e tecnologia, do papel e importância da Universidade de Évora, do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia da Região Alentejo, do qual o Parque Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), é peça fundamental na perspectiva continuada do desenvolvimento económico de Évora, com relevância para o "Cluster da Aeronáutica" e da atração de novos investimentos em vários setores (por exemplo, a Pleasant Racing, a Kemet, no Turismo ou na agro-alimentar), com a continuidade de revitalização do Centro Histórico, tendo sempre por objectivo a criação de mais postos de trabalho, melhor emprego qualificado e devidamente remunerado, e a conseqüente redução do desemprego, com a atração e fixação de novos residentes;
 7. Também emergem nas opções estratégicas do Município, a afirmação e a consolidação de Évora Solidária, que se constrói em várias dimensões: solidária com o Alentejo, com os Alentejanos, com a luta, os projetos e o trabalho pelo desenvolvimento da Região; solidária na defesa e melhoria da educação pública, do serviço nacional de saúde, da segurança social, da água pública, dos serviços públicos; solidária pelo combate às desigualdades e injustiças sociais; solidária no incremento do desporto e de práticas de vida saudáveis; solidária com a juventude, o futuro de Évora;
 8. A par destes programas, planos, atividades e acções, importa relevar as pequenas intervenções e obras de proximidade; o reforço e intervenção na limpeza e higiene urbanas; a melhoria e qualificação dos espaços verdes e a afirmação da Água Pública, assumindo-se o compromisso de tudo ser feito para se retomar o controlo estratégico do sistema de abastecimento de água e saneamento em alta. Pese embora o Governo não tenha vontade política de garantir a escolha livre, legítima e sufragada pelo voto popular; ao contrário, insiste na continuidade da política anterior, pressionando a entrega do sistema em baixa. O que é uma opção errada e que deverá merecer a oposição do Município. Pelo que nas Opções é reafirmada, mais uma vez, que a melhor solução para este problema passa pela negociação de uma adesão vantajosa à Parceria Pública no Alentejo. Havendo como tal a manifesta de oposição a qualquer tentativa, ainda que camuflada de criar condições para a privatização da água e do saneamento.

Considerandos sobre as questões económicas e financeiras:

1. O Orçamento do Município para 2019, caracteriza-se pela evolução, que tem vindo a ser assumida desde 2014 a esta parte, com um decréscimo do seu valor global e aproximação aos valores reais. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Orçamento para 2019, cujo valor, grosso modo, é de 54M€ corresponde a pouco mais de 50% do que tinha sido último orçamento da gestão PS de 2013;
2. Igualmente, pese embora os constrangimentos impostos ao Município (igualmente impostos aos municípios), pelo PAEL, e o facto de em paralelo no quadro da assunção da autonomia do poder local ter sido aplicado o Plano de Saneamento Financeiro (PSL), que deveria dispensar o primeiro instrumento, o Município desde 2014, com a gestão CDU, tem conseguido diminuir o excesso da dívida, que passou de 32,5M€ (janeiro 2014) para 7,3M€ (setembro de 2018), ou seja menos 25,2M€, ou diminuição de 77,5%;
 3. A par deste enorme esforço de equilíbrio das contas dos Município, também a evolução do Pagamento Tempo Medio de Pagamentos, tem vindo a decrescer significativamente, situando-se, no 3.º Trimestre de 2018 nos 77 dias;
 4. Este esforço continua evidente no Orçamento de 2019, estando o mesmo reorientado para mais investimento sem deixar de manter a linha de sustentabilidade das contas do Município, pese embora a insustentável dívida, herdada, da Agua aos sistema em Alta que urge ser solucionada.

Em face dos considerandos expostos, os eleitos da bancada da CDU – PCP/PEV na Assembleia Municipal de Évora, votarão favoravelmente as Opções do Plano, PPI e o Orçamento para 2019 do Município de Évora.

Acresce que, em face da votação do PS, PSD e “Movimento Afirmar Évora” (CDS e outros), contrária à aprovação e consequente chumbo das Opções do Plano e do Orçamento para 2019 do Município de Évora, a CDU responsabiliza politicamente estas forças políticas pela paralisação do Município em face de tal decisão, em particular das consequências que daí advém para as Populações, os Trabalhadores do Município e Instituições, ao ficarem bloqueados e/ou paralisados, um conjunto de projectos, ações e atividades, dos quais, de entre outros se destacam, os aumentos previstos dos valores a serem transferidos, no âmbito dos contratos de execução, para as juntas de freguesia».

Reagindo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da Câmara** declarou: *“Relativamente às questões do copy paste, estão a confundir isso com coerência. É que nós, aqui deste lado, estamos habituados a ser coerentes e a cumprir aquilo que apresentamos. Portanto, damos continuidade aos assuntos que apresentamos.*

No que concerne ao O. E., ficou claro que nós não atribuímos responsabilidades. Nós chamamos-lhes condicionantes e identificámos umas positivas e outras negativas e mantemos o que dissemos.

No que toca à dívida, tenho aqui uma nota que diz que todos os anos apareceram estes valores que aqui estão. E estes montantes foram identificados e entregues, documento a documento, à Câmara, para a mesma e a anterior Assembleia saberem como é que se passou dos 82M€, que estavam identificados em 31 de Outubro, para os 93M€ que estavam aqui colocados. E ainda não está aqui incluída a dívida ao IRHU, o que significaria mais 1,6 M€.

Quanto ao PAEL, o que nós dizemos é simples: o PAEL tinha um plano de acção, o qual foi feito para justificar o empréstimo de 30M€ e não tinha rigorosamente mais nada. Entretanto, fizemos um Plano de Saneamento Financeiro abrangente, que foi aprovado pela C. M., pela A. M. e pelo Tribunal de Contas, sendo que o outro já passou e não tem qualquer ligação com a realidade.

Sobre os investimentos, acabei de referi-los, no âmbito do PEDU, do IFFRU, do investimento nas escolas, do LIFE, da cultura, do social, etc.

Das reuniões que tivemos com as forças políticas, procurámos dizer-lhes aquilo que devíamos aceitar das propostas que tinham formulado, e o contrário, pelo que elas foram inteiradas da matéria.

No que se reporta a Évora - Capital Europeia da Cultura, o que nós fizemos, em primeiro lugar, avaliar a viabilidade da candidatura, e levámos a cabo aquilo que mais nenhuma cidade fez até ao momento: juntar os autores fundamentais, locais e da região. Temos a Câmara, a Entidade Regional



de Turismo, a CCDRA, a U. É., a Fundação Eugénio de Almeida, a CIMAC, a Agência de Desenvolvimento Externo, e são estas entidades que estão empenhadas em estudar isso e a 1ª fase teve exactamente a ver com essa capacidade de organizar essa tarefa. Não é trabalho para divulgar, mas sim para avaliar o que é possível fazer, ou não, do ponto de vista da 2ª fase.

Com respeito ao contrato de execução da educação, mas qual é a dúvida sobre as despesas de conservação? O dinheiro é o mesmo! Seja da Câmara seja do Ministério da Educação, o dinheiro é o mesmo. Portanto, sabem qual é a verba. O problema fundamental é que continua a faltar 33 assistentes operacionais e isso é que tem que ser resolvido, como, aliás, a própria Secretária de Estado já reconheceu. Isto é um problema de segurança e de qualidade do ensino.

Com referência ao pacote da descentralização, já foram publicados, se não me engano, 11 decretos e eu pergunto: qual é a verba correspondente à transferência de competências para as autarquias? Os decretos já cá estão fora, mas os valores ninguém os conhece. Temos de discutir competências e verbas para cumprir as primeiras, porque é isso que respeita o serviço público e os eborenses.

No domínio das freguesias, o que nós dizemos é que as freguesias que decidam que devem ser repostas devem sê-lo. Agora, eu percebo que o PSD esteja numa posição difícil, porque o ministro Relvas impôs a liquidação de 1.100 freguesias, sem ouvir ninguém, e cortando-as de alto a baixo. Mesmo aquelas que se pronunciaram contra, foram liquidadas. Este não é o processo que nós queremos, mas sim repor as freguesias em que as populações, através das assembleias de freguesia e através desta A. M., reconheçam que querem de novo a sua freguesia.

Em relação ao Parque de Ciência e Tecnologia, nós fazemos o nosso papel, mas é bom recordar que a Universidade tem 85/90% do capital do mesmo, pelo que limitamo-nos a disponibilizar o terreno e a exigir um plano estratégico que não existia anteriormente.

Já foram iniciados os trabalhos do P. U. e estamos a fazer os diagnósticos para que se possa avançar para a fase de reformulação do próprio, que há-de ter seguimento em 2019.

A CIMAC é uma Comunidade Intermunicipal que foi imposta pelo ministro Relvas, em vez de os municípios poderem associar-se livremente, intimidando-os: ou se agrupam assim, ou não têm fundos comunitários. Portanto, tiveram que se juntar, mas continuam a ser associações de municípios e estas não têm que ter competências do Estado. Agora, que a CIMAC tem um papel fundamental no trabalho intermunicipal, isso tem. Recordo apenas a GESAMB e o projecto, em que nós participámos, de substituição de todas as luminárias do Alentejo Central, que implica mais de 20M€ de investimento, contribuindo para uma melhor gestão da energia.

Eu estou de acordo com tudo o que seja possível melhorar, do ponto de vista da transparência, mas quero deixar aqui uma nota importante: as imposições que estão a ser feitas, de que cada entidade não pode ir além dos 20.000 € no ajuste directo, significam, na prática, que as pequenas firmas de cada uma das localidades vão deixar de poder vender aos municípios, porque quando se abrem concursos, a esse nível e nesse sector, quem os ganha são as grandes empresas, ficando aquelas tapadas perante tal quantia. A solução tem que ser apoiar a economia local e não pode ser entregar os volumes de negócios pequenos aos grandes e, ainda por cima, de fora do concelho.

Em relação ao Cromeleque dos Almendres, temos um acordo de princípio com o seu proprietário, que esperamos que seja assinado no final deste ano/princípio de 2019, o qual não tem quaisquer contrapartidas.

Já afirmámos que o Salão Central vai ser requalificado, passando a ser uma espaço multi-usos e será gerido pelo município, mas com o objectivo de o ceder aos agentes e instituições locais.

Finalmente recebemos uma informação da DGAL sobre a Tarifa Social da Água, ainda insuficiente, e, no que concerne às tarifas da água, comparem-nas com as demais, uma vez que as nossas são das mais baixas do país. Mas se forem ver o relatório da ERSAR, verificam que ela queria que houvesse



um aumento muito maior das tarifas da água. Nós recusámos isso e não aceitamos aquilo que a ERSAR nos quer impor.

Nós adoptámos uma posição desde 2013, assim que chegámos à Câmara, de que todas as despesas passam pela reunião de Câmara, para toda a gente poder ver as facturas que são pagas. Portanto, não é por o POCAL nos impor a rubrica «Outros» que se deixa de poder verificar o que está nela. O que está lá dentro por que é que não pode ser fiscalizado? Qual é o problema? Se comprarmos uma garrafa de água, tal aparece descrito na reunião de Câmara e isso não era feito e passou a sê-lo.

Quanto ao aeródromo, não andámos a dormir, mas sim a resolver um problema de um défice de 200.000€.

Revitalização do centro histórico - Quem cá estava em 2013 e quem o vê agora, penso que nota uma diferençazinha, não só do ponto de vista da sua dinâmica, mas também da recuperação de imóveis.

Vão tentar impor-nos a privatização da água e do saneamento e nós recusamo-la. É aceitável que as câmaras que recusam entregar a rede em baixa não tenham acesso a financiamento para investimento? Por exemplo, nas ilhas isso não acontece. Isso vai penalizar, mais tarde, a população.

No que toca às freguesias, tem havido uma política sistemática de encerramento de postos médicos, da GNR, dos CTT nas localidades e agora vêm falar de desenvolvimentos delas e de fixação de pessoas? Qual é o casal novo que vai para uma freguesia se não existe lá um posto médico, uma escola ou um posto da GNR? Isto são coisas que foram destruídas através das políticas nacionais adoptadas. Do nosso ponto de vista, estamos a fazer aquilo que é possível”.

Replicando, o Sr. **Adelino Fonseca** afirmou: “*Eu não sou tão pouco inteligente que não perceba que há, de facto, coerência em tudo o que a CDU propõe fazer e muito particularmente o seu Executivo, com especial destaque para o seu Presidente, só que quando eu digo copypaste não me estou a referir à coerência, porque ela pode existir da mesma maneira se houver dinamismo, empreendedorismo, inovação, etc., e era isso que eu estava a fazer menção. Eu acho que o Executivo tem uma capacidade bastante substantiva para produzir um documento que possa ter essas características ou algumas das que aqui enunciei.*

Ninguém pôs em causa os valores da dívida, sendo que nós só pomos em causa como o Sr. Presidente aceita a entrada desses montantes sem nunca pedir responsabilidades a ninguém, seja ela do passado, do futuro ou do presente. O Sr. é economista e sabe perfeitamente que isso é um acto de gestão danosa e está a prejudicar o interesse público. Se assim é e prejudicaram a sua gestão, peça responsabilidades, porque tem o nosso apoio.

Foi pegando nas suas palavras que eu me referi ao PAEL e ao Plano de Saneamento Financeiro. É que se a Câmara de Évora tivesse feito o que fizeram 57 municípios, incluindo alguns da CDU, que liquidaram o PAEL na totalidade, teria hoje oportunidade de não sacrificar os munícipes com impostos e taxas, os quais não pode baixar por imposição desse programa.

Por outro lado, concordamos com a necessidade de intervenção forte e concertada no combate ao desequilíbrio regional e à litoralização do país. É verdade, está tudo concentrado nas zonas metropolitanas e nos grandes aglomerados urbanos. O que nós sabemos é que o Governo português garantiu que Bruxelas vai aprovar 1,7M€ para os municípios do interior e a questão que se coloca é saber se o Executivo Municipal já está a trabalhar ao nível do planeamento, no pressuposto do que o que é afirmado é concretizado. Neste contexto, gostaria de perguntar o que é que fez o Executivo no contexto da legislação, que saiu sobre o desenvolvimento do interior do país. Já tomou medidas? Já pensou no assunto? Já tem pormenores para nos comunicar?



Também gostaria de lhe perguntar se Évora já encontrou a solução para se colocar no poletão da frente, ganhando força junto das instituições nacionais, que determinam e canalizam o investimento para as regiões? Isto é que é importante!

Quanto às GOP para 2019, queria inquirir-lhe para quando a viabilidade de concretização da participação dos cidadãos num contexto de orçamento participativo? Esperamos, do Executivo, que haja uma acção e o que se pretende, passados 5 anos de mandato da CDU, é que Évora tenha alguma coisa para mostrar em resultado da mesma. Não me venha falar, por favor, da Mecachrome, da Embraer, do PCTA, etc., porque isso o Sr. já herdou em concreto ou herdou os dossiers, que trabalhou muito bem.

Em relação à modernização da edibilidade, o Sr. acha que tem uma C. M. que cultiva a cultura de serviço público? A concretização substantiva dessa reestruturação há-de acontecer num prazo de 1 ano, pelo que lhe interrogo se vamos a tempo de melhorar alguma coisa, a não ser que a dita já esteja pré-definida e já esteja a ser trabalhada? Ainda neste âmbito, o Sr. Presidente fala no programa de instalações municipais, mas somos obrigados a deixar-lhe uma pergunta: o que tem feito a comissão de instalações em 5 anos de mandato? Estamos a pagar renda no Parque Industrial, a A. M. possui instalações degradante, o edifício da Rodoviária está na mesma, o edifício dos Paços do Concelho não ganhou uma caiação em 5 anos, pelo que agradeço que me responda e não me considere ofensivo em qualquer aspecto.

O Sr. fala na preservação do Património Mundial, mas o quê? Enquadramento da envolvente do centro histórico o que é que foi feito? Temos as luzes todas apagadas em volta da muralha e as fontes estão todas sem trabalhar. Não sei por que é que não funcionam, se é por falta de água, se é por investimento, e toda a gente faz essa questão.

Diga-me, por favor, qual é a execução, em 5 anos, que permite afirmar que Évora é uma referência de cultura.

Como vamos ter mais emprego e economia se não melhorámos as condições de acolhimento empresarial? O Parque está esgotado e degradado e não se reviu o regulamento, depois de passado um grave período de crise, com um elevado número de falências”.

*Tornando a intervir, o Sr. **Nuno Alas** asseverou: “Acerca da questão da educação, o que eu disse em Setembro foi que o Sr. Presidente perdeu a razão ao fazê-lo naquele momento, mas tinha alguma justeza que o sustentava. Não é um aspecto de rácios nem da proveniência do dinheiro que se inscreve vindo do O. E. ou da câmara municipal, visto que se trata de uma questão de pessoas e de alunos. Estamos claramente preocupados com o problema e imagino que o Sr. também esteja, com o início do ano lectivo.*

Com respeito á CIMAC, lamentamos a não adesão ao programa de detecção das roturas da água, da rede de distribuição em baixa, que, a julgar por alguns testemunhos que temos de outros municípios, tem surtido um bom efeito, quer ao nível das perdas, quer ao nível financeiro.

Relativamente às freguesias, quando eu era Presidente da Comissão Política de Sessão do PSD elaborei um documento em que propus que a A. M., porque a lei tinha uma prerrogativa que dizia «se houver decisão da assembleia municipal, o número de freguesias a extinguir pode ser reduzido em cerca de 25%»...Sabe o que é que isto significava, Sr. Presidente? Não tínhamos as aberrações como temos na Vendinha com S. Manços, por exemplo. Mas toda a gente, a não ser o PSD nesta Assembleia, se demitiu e disse que não concordava com a lei. Feitas bem as contas, talvez tivéssemos mantido todas as freguesias rurais deste concelho, sacrificando as urbanas, com o devido respeito por estas”.



A propósito de o Sr. Presidente da autarquia ter perguntado «**como é que se dinamiza a economia local?**», o Sr. **João Canha** considerou que o tema interessantíssimo, ao ponto de achá-lo motivante para a AME realizar uma audição ou, até, ser discutido no seio da Comissão Municipal de Economia.

Relativamente ao Sub-capítulo «**Juventude no futuro de Évora**» e apesar do parecer positivo do Conselho Municipal de Juventude, a Sra. **Ângela Caeiro** achou lamentável que as propostas apresentadas fossem idênticas ao do exercício corrente, ou seja, o diagnóstico juvenil, a melhoria do funcionamento do Conselho Municipal de Juventude e o novo espaço municipal de juventude, acabando por interrogar: “para quando é para ser concretizado este último espaço e quando é que haverá um local”? “Quanto mais tempo é que temos que estar à espera para se construir um skate park”?

Por fim disse: “*se a austeridade já acabou, todos os jovens querem, certamente, que as freguesias rurais voltem a ter as condições para se viver, sendo que o PCP é um dos partidos que apoia o Governo, cá estaremos para que elas e o concelho de Évora consigam ser melhores para a juventude, na habitação, na natalidade e no emprego*”.

Por seu turno, A Sra. **Elmina Lopes** transmitiu que queria cumprimentar a Administração Municipal por lhe reconhecer um esforço enorme em vários planos, nomeadamente o da limpeza nos espaços públicos, exemplificando com a zona onde estava a habitar (Malagueira), onde se podia verificar um salto qualificativo enorme nos últimos tempos.

Noutro prisma, agradeceu à supracitada encontrar-se com a população e com as entidades nos Paços do Concelho e receber delas informação do que era, realmente, relevante fazer nas várias áreas e depois incorporar isso no seu Plano de Actividades e na sua acção, considerando tal uma verdadeira gestão participada.

Prontificando-se a aflorar as questões colocadas, o Sr. **Presidente da CME** esclareceu: “*Neste Orçamento não há acréscimo de receitas, mas sim uma diminuição. Passamos de 57,5M€ para 54M€, significando um decréscimo de 6,1% relativamente ao Orçamento para 2018.*

O processo da candidatura não foi usado como bandeira eleitoral, sendo por isso que convidámos entidades que estão acima de qualquer suspeita, como a U. É. ou a CCDRA. O que quisemos foi juntar as instituições que tinham capacidade para avaliar se Évora podia, ou não, candidatar-se a Capital Europeia da Cultura 2027.

Sobre o PAEL, é óbvio que nós tínhamos que optar, face à situação que a Câmara vivia, por pagá-lo ou fazer um Plano de Saneamento Financeiro e fazer este era absolutamente fundamental, porque tinha que abranger todas as áreas. Se optássemos pelas duas coisas estaríamos a acumular valores a rondar os 70M€, os quais seriam impossíveis de contrair junto da banca, face às condições que existiam.

A litoralização do país existe e vai continuar a existir. Faço notar que a primeira unidade de missão para o interior do país, que teve uma responsável, com quem eu falei, demitiu-se e explicou por que era que o fazia. Defina-se uma política nacional de desenvolvimento regional, meios para empregar nas regiões, investimentos para fazer nelas e em vez se pôr 80% dos fundos comunitários na zona litoral, faça-se uma melhor distribuição. Em vez de o O. E. destinar 4% para o Alentejo, devia canalizar um bocadinho mais para o mesmo. Se assim for, é possível melhorar.

Eu julgo se há área onde é manifesto o salto que foi dado, é na da cultura. Agora, precisamos de ir mais além, apoiando-nos nos agentes culturais e nas associações locais. E isso começámos a fazê-lo



há 2 anos e vamos reforçar nesta altura, porque tal cria raízes com a população e permite que possamos sonhar mais alto.

Acerca do programa da CIMAC, não aderimos por uma razão muito simples: nós já temos o programa e temos tudo metido em informação geográfica, coisa que os outros municípios não têm. Vamos aderir no momento em que todos estejam ao mesmo nível para responder àquelas questões.

A lei impunha uma coisa simples: vocês têm que liquidar freguesias para poderem beneficiar de financiamentos e, obviamente, as assembleias municipais que se prezam não aceitaram a chantagem de liquidação de freguesias para não extinguirem outras. Vamos ouvir os representantes das populações para repor as freguesias.

A questão da contratação pública é essencial, porque é através dela que se estão a desviar verbas substanciais das autarquias locais, dos pequenos para os grandes, aspecto que tem que ser analisado, porque põe em causa a economia local.

Sobre o espaço jovem, nós respondemos no Conselho Municipal. Andámos à procura de um espaço e já negociámos dois locais, mas não foi possível obter qualquer deles. Também informámos sobre o assunto do skate park.

Ainda sobre as freguesias, espero que todos os partidos consigam estar de acordo para repor os CTT onde foram fechados, bem como as escolas e as freguesias extinguidas, para possibilitar a fixação de casais jovens nas nossas vilas e aldeias”.

Intervindo novamente, e com respeito ao Orçamento, o Sr. **Adelino Fonseca** afirmou: “Na rubrica dos «Impostos Directos» verifica-se um acréscimo de 7%; na sub-rubrica «Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis» verifica-se uma subida de 4,5%; na Derrama apura-se um decréscimo de 14,4%, o que não é um dado positivo; na rubrica «Impostos Indirectos» atesta-se um decréscimo de 17,25%; as «Transferências Correntes» sofrem um acréscimo de 1,4% e as Receitas de Capital são, basicamente, provenientes do Estado, através de projectos co-financiados. Há uma dependência muito forte, no que diz respeito às receitas do município dos impostos, com alguns riscos”.

Por sua vez, o Sr. **Luís Ramalho** proferiu: “Vou falar da questão que tem a ver com o encerramento dos postos da GNR, dos CTT, dos centros de saúde e, até, da própria escola. Temos que perceber que as realidades são outras, hoje em dia, e nas freguesias rurais o tempo também passou por lá. Eu lembro-me que a GNR em S. Miguel de Machede tinha 17 ou 19 efectivos, o que não fazia sentido algum.

Quanto aos CTT, hoje as pessoas já usam outras plataformas. Eu não defendo os CTT porque eles vivem, praticamente, à custa das juntas de freguesias.

No que concerne aos centros de saúde, em S. Miguel de Machede a médica vai lá duas vezes por semana e para as pessoas que lá estão é mais do que suficiente.

No que toca à escola, somos nós que tiramos de lá os nossos miúdos para virem para a escola em Évora, temos que ter consciência disso. Muitas pessoas foram viver para S. Miguel de Machede, mas não compram lá um papo-seco e não bebem um café, porque não têm lá os filhos. Elas vão lá reclamar porque querem o caminho arranjado.

Os «Caminhos do Concelho» são muito interessantes mas não passa disso. Em 16 de Abril foram a S. Miguel de Machede, para termos uma reunião com o Sr. Vice-presidente e com alguns técnicos, tendo ficado definido que iriam fazer uma obra por ano e nada foi feito”.



Depois, tomou a palavra a Sra. **Clara Grácio**, que comentou: “*Foi muito esclarecedora a última intervenção, porque foi repetido aqui, sistematicamente, que havia um copy paste, mas eu acho que incomoda muita gente prometer, numa campanha eleitoral, que se vai atingir determinado objectivo e cumprir aquilo que se disse na mesma. E como disse o Sr. Presidente, a isso chama-se coerência, ou seja, é dizer que nós não queremos que o interior seja desertificado e depois até se diz: se calhar, até é desinteressante para a médica estar a atender dois doentes, Se calhar, até nem é preciso ter o posto dos CTT, nem o da GNR. É impressionante, realmente.*

Também foi muito interessante todos batermo-nos pelo novo Hospital Central de Évora, mas até fiquei um pouco estupefacta quando se diz que é algo despiciente.

E quando surgem afirmações de que acordámos agora para o problema da água, é bom não esquecer que em 2002/03 a CDU votou contra este contrato plurianual, dizendo que ele era ruinoso. Sempre se bateu para que esse contrato fosse cessado, porque estava armadilhado. A Câmara, por si só, não consegue acabar tal contrato.

Relativamente ao IP2, acordámos agora? Nós já colocámos essa questão imensas vezes. Começar uma estrutura daquelas e parar, é uma ruína e danoso para o país.

Sobre este Orçamento dissemos o seguinte: vamos tentar considerar uma Câmara minimamente estável, que consiga ter o mínimo de condições de investimento, para depois o realizar. E é o que está a acontecer, ou ainda não viram as obras que se estão a efectuar no Palácio D. Manuel. Isso não é concretização e acção? Estamos a executar o que está plasmado neste documento, como, por exemplo, no Salão Central e na reabilitação da parte traseira do TGR.

No que toca à Capital Europeia da Cultura, nós podemos ser populistas e vir com grandes parangonas sobre a matéria, mas garantimos que ela é sólida, por envolver todas as instituições que fazem parte dessa candidatura e foi isso que foi feito”.

Posteriormente, o Sr. **Ananias Quintano** leu um documento com o seguinte teor: «O Orçamento é um instrumento de estratégia e de gestão política, no sentido em que é nele que são plasmadas as principais linhas de orientação, de desenvolvimento e de afirmação de um concelho. A CDU governa o concelho de Évora há cinco anos e há cinco anos que dela ouvimos, em matéria orçamental, as mesmas desculpas de sempre e que servem apenas para justificar a sua falta de visão, de um desígnio estratégico para o concelho, a sua falta de ambição e a sua pouca capacidade de inovação. As perguntas que devem ser feitas a um documento, tão importante como um Orçamento, continuam, no nosso entender, sem as respostas que Évora precisa de ouvir. Para onde queremos ir? Que lugar queremos desempenhar no concerto das regiões? Que imagem pretendemos projectar para o exterior? Que respostas novas temos para os novos problemas e os novos desafios? É evidente que o Partido Socialista tem uma visão distinta do que deve ser a actividade do município, no actual contexto social, económico e político. Em período pós crise, resolvidas muitas das questões que afectavam a vida das famílias e das empresas, onde as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia tiveram um papel determinante, porque estão próximas, este parece ser o momento mais favorável à assunção de novos compromissos e de novas responsabilidades, vindas do Estado. Desse mesmo Estado que acusamos muitas vezes de estar distante, de não conhecer a realidade local e, por isso, incapaz de definir e implementar políticas que resolvam efectivamente os problemas das pessoas. Por isso, não se compreende que a CDU rejeite em Évora a descentralização de competências, como se negasse que é o poder autárquico quem está mais próximo dos problemas e, por conseguinte, quem melhor conhece a realidade local. E este é um traço fundamental que distingue o Partido Socialista da CDU. Nós com uma atitude pró-activa e os senhores com uma atitude reactiva. Dirão que se trata do Orçamento possível, mas não foram capazes sequer de um exercício simples de democracia, que é a negociação. O executivo continua a não querer



negociar com a oposição questões fundamentais para o concelho e que deveriam ser consensuais. Não nos ficamos, contudo, pela crítica. Também entendemos que é um aspeto positivo, neste Orçamento, o facto de ele se vir a aproximar de valores mais reais que os anteriores. Contudo, lamentamos que esta aproximação resulte da estratégia simplista de, através de mais crédito, transformar dívidas de curto prazo em dívidas de médio e longo prazo. Por isso, não é sério dizer-se que se está a reduzir a dívida quando se está simplesmente a empurrá-la para cima dos nossos filhos e netos. Verificamos que há uma disparidade entre o que o Plano propõe e os recursos previstos para a sua execução no Orçamento, ou seja, não nos parece possível encontrar uma relação directa entre as Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento. Esperávamos ver reflectidos, nos documentos, os aspectos positivos do aumento de transferências, previsto na Lei da Finanças Locais, a reposição parcial de competências municipais, em relação ao número de dirigentes, às aquisições de serviços, ao recrutamento de pessoal, ao alargamento para 25 anos do prazo para regularização de dívidas à entidade gestora de água, saneamento e resíduos sólidos e, ainda, o alargamento do âmbito das operações de substituição de dívida. Volta o executivo ao argumento da dívida herdada e da dívida escondida. Ao sexto orçamento elaborado por este executivo, pensamos que ele deverá procurar as razões sérias para os seus desaires e deixar de arranjar desculpas que já ninguém aceita. Nem nós aqui dentro, nem o cidadão lá fora. Muitas das propostas apresentadas neste Plano de Actividades já vêm mencionadas em vários dos anteriores, sem que se tenham concretizado. Citamos apenas algumas:

- Programa de Revitalização do Centro Histórico - Para quando a definição da zona de protecção do Centro Histórico?
- Salão Central - Para quando o início da obra? Qual irá ser a sua utilização?
- Requalificação da Rede Viária - A verba prevista apenas dará para tapar alguns buracos, tal é a degradação das vias;
- Higiene e Limpeza - Volta a ser uma promessa e um ponto de honra do executivo, como já o foi em anos anteriores, mas basta ver a verba inscrita no orçamento para se perceber que ainda não será em 2019 que esta promessa irá ser cumprida.

Poderíamos falar ainda das verbas inscritas para a intervenção nas escolas da responsabilidade da autarquia, da verba para obras de recuperação e valorização do TGR e da verba para a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura. São, em nosso entender, verbas manifestamente insuficientes. No que respeita à ciência, tecnologia e inovação, questões muito apregoadas pelo executivo, apenas aparece uma pequena referência ao Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, não havendo qualquer nota digna de registo no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Orçamento.

Sr. Presidente da Câmara, melhor do que nós, saberá que o código “outros”, em qualquer rúbrica de um orçamento, é, normalmente, onde se colocam verbas residuais. Como nos explica que nas rúbricas deste Orçamento, em “outros”, estejam inscritos 14 milhões e meio de euros? Sabemos que não há nisto qualquer ilegalidade, mas também sabemos que será, certamente, mais complicado perceber para onde vão deslocadas essas verbas, mas, certamente, não será essa a intenção.

O PS apresentou, no ano passado, quatro propostas ao executivo, e veio a verificar que nenhuma delas foi concretizada. Este ano, além daquelas, apresentámos mais duas. Constatamos que, mais uma vez, nenhuma foi considerada.

Sr. Presidente, a análise que fazemos da má governação do nosso concelho não é apenas nossa. Um estudo fundamentado e insuspeito, sobre a Qualidade da Governação Local, efetuado por uma Fundação por todos reconhecida pela sua competência, infelizmente dá-nos razão, ao colocar Évora entre as piores autarquias do país.

Finalmente, diremos que este é um mau orçamento e, sobretudo, muito pouco transparente.



Por isso, a bancada do Partido Socialista, não tem outra alternativa que não seja votar contra a sua aprovação».

A propósito de a Sra. Clara Grácio ter apelidado de brilharete, da actual gestão, a diminuição de 24/25 M€ ao excesso da dívida, o Sr. **Bruno Martins** salientou que era preciso ter a noção de que, em impostos e taxas, se tinham cobrado, entre 2010 e 2013, cerca de 36M€ e que, entre 2014 e 2017, os eborenses tinham pago perto de 52,3M€, não esquecendo que o actual Executivo tinha cobrado, não contando com o ano de 2018, entre impostos e taxas, mais 16,4 M€ e que com Despesas de Pessoal, no mesmo espaço de tempo, em comparação com o período homólogo, tinha poupado 3,1M€, pensando que estava ali o brilharete da gestão CDU.

Mais à frente, estranhou que, por vezes, algum eleito da CDU falasse no salto qualificativo da limpeza, parecendo-lhe que podiam elogiar muita coisa, mas no caso em equação era a coisa mais aberrante que se podia ouvir, para mais quanto era a própria Administração Municipal a reconhecer que era um dos grandes problemas que tinha.

A seguir, opinou que a iniciativa «Pelos Caminhos no Concelho» não era gestão participada, a não ser que, em cada visita, se fizesse um relatório dizendo que «nesta freguesia foram elencadas várias questões» e passado algum tempo dizer-se que elas tinham sido resolvidas, ou não.

Acerca da Capital Europeia da Cultura, lembrou que a matéria tinha sido anunciada antes das últimas eleições autárquicas, no TGR, em Novembro/2016, e que na altura tinha sido dito que já estava a ser preparada a candidatura, com os parceiros. *“Portanto, se já se tinha analisado a viabilidade, como é que, de Novembro/16 até Dezembro/18, não se fez nada (concluiu)”?*

Replicando aos comentários produzidos pela Sr. Clara Grácio, o Sr. **Frederico Carvalho** observou: *“Eu não critiquei a Câmara por causa do IP2, dado que isso é da responsabilidade do Governo, tendo apenas falado numa proposta de recomendação. Também disse que, neste âmbito de acessibilidades e rodoviário, há grandes constrangimentos na cidade, e o que é facto é que não vimos nem discussão nem acção. Ouvimos sim, pelas palavras do Sr. Presidente, que a conclusão desse lanço é importante para descongestionar parte do problema. É importante discutir isso a montante e não a jusante.*

Há um processo, em concreto, em que elogiámos a autarquia, referente ao diagnóstico juvenil, promovido pela CMJE e pela edilidade, porque é um documento estratégico, mas o resto não temos, Sr. Presidente. Pode pegar por onde quiser, mas não temos mais do que isto. Temos um Executivo que tenta colmatar pechas, tenta tapar buracos, e, com respeito à água, eu, enquanto munícipe eborense, nunca assisti a tantos problemas de cortes de água e de roturas como neste mandato.

A questão dos Canaviais também não é um acaso, como também não é a rede separativa de águas, dado que o centro histórico, se calhar, precisa drasticamente disso para diminuir drasticamente o caudal que está a ser cobrado. Onde é que isto é discutido, Sra. deputada (Clara Grácio)? Onde é que existe uma concertação sobre as temáticas concretas e imprescindíveis do desenvolvimento e do bem-estar dos munícipes eborenses”?

Face às últimas interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da edilidade** esclareceu que os cálculos dos impostos estavam determinados por lei, como o Sr. Adelino sabia, pelo que se tinha que respeitar a fórmula que a mesma impunha, relativamente ao valor a colocar no Orçamento.

Depois, frisou que ficara espantado com as declarações produzidas sobre o assunto dos serviços públicos, acrescentando que a Administração Camarária tivera oportunidade de ouvir todas as forças políticas/movimento de cidadãos acerca das propostas a incluir nas Opções do Plano e no Orçamento, bem como responder sobre aquelas que considerava aceitáveis, ou não, e explicar as respectivas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

razões. Neste domínio, sublinhou que era preciso não confundir as O. P. com os planos de acção, sendo estes decorrentes das orientações estratégicas e concretizados ao longo do ano, pelo que existia um conjunto de propostas que só seria discriminado quando as medidas concretas fossem discutidas e votadas em reunião de Câmara.

Posteriormente, vincou que a dívida tinha sido reduzida em mais de 20%, bem como o excesso da dita, num montante muito significativo.

Verificando que não havia mais inscrições para utilização da palavra, o Sr. **Presidente** avançou para a votação do 1º ponto da agenda, registando-se uma rejeição por maioria, com dezassete votos contra (treze do PS, três do PSD e um da Coligação «Afirmar Évora 2017»), quinze votos a favor (catorze da CDU e um do MMPI) e uma abstenção (do BE).

Declaração de votos do Sr. José Figueira: “*Gostava de assinalar que esta Assembleia Municipal, com os votos do bloco central aqui bem expressos, acabam de votar desfavoravelmente as Opções do Plano e Orçamento, chumbando os documentos estratégicos do município para 2019, ficando com a responsabilidade política da paralisação do município, em face de tal votação. Certamente que haverá aqui outras deliberações que eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se vale a pena, ou não, serem votadas*”.

O Sr. Ananias Quintano disse: “*Queremos entregar como declaração de voto a minha intervenção e dizer que o Partido Socialista está aberto a negociações para o que for necessário. Esta declaração de voto é, no nosso entender, em defesa de Évora e do seu concelho*”.

Posto isto, o Sr. **Presidente** lembrou que eram duas horas da madrugada e que havia um vasto conjunto de pontos para apreciar, pelo que sugeriu que a sessão fosse interrompida de imediato e retomada na quarta-feira seguinte (dia 12 de Dezembro/18). Justificando, revelou que no dia 10 o Sr. Presidente da C. M. estaria ausente em Angra do Heroísmo e que só regressaria na tarde do dia 11, não achando lógico que se marcasse a reunião para esta data, porque poderia haver algum percalço com os transportes. O plenário aceitou a fundamentação apresentada e a suspensão desta sessão para o dia **12 de Dezembro de 2018, às 21:00 horas**.

Retomados os trabalhos no dia doze de Dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e seis minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, constatou-se a presença dos membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Compareceram também: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Ana Beatriz Cardoso, M.^a Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, M.^a Elmina Lopes, José Maria V. Freire (em substituição de Frederico carvalho), Jorge Silva, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, M.^a da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, M.^a Antónia Boieiro, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

José Russo, Jerónimo José, António Maduro, José Piteira, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Fernando Dias (em substituição de Nuno Miguel Cabrita).

Faltou o Sr. Joaquim Pimpão.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) João Rodrigues, Sara Fernandes, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

Antes de mais, o Sr. **Presidente** comunicou que o Sr. Presidente da CME tinha pedido a palavra para propor alterações à ordem de trabalhos.

Assim, o Sr. **Presidente da edilidade**, tendo em conta a rejeição das O. P. e Orçamento para 2019 e porque havia um conjunto de documentos que estavam relacionados com os mesmos, até do ponto de vista legal, solicitou que fossem retirados os **pontos 2 (Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2019); 4 (Autorização prévia para compromissos plurianuais no ano de 2019, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso); 5 (Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo, no ano de 2019, para ocorrer a dificuldades de tesouraria); 6 (Contratos interadministrativos com as Juntas/União de Freguesias – Ano de 2019); 7 (Acordos de execução com as Juntas/União de Freguesias – Ano de 2019); e 8 (Reestruturação de serviços do município de Évora).**

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** enfatizou que se tinha que reordenar a Ordem do Dia, pedindo o apoio dos membros da Assembleia para o efeito, ficando a própria com a configuração que se menciona a seguir.

Entretanto, o Sr. **João Canha** perguntou se o ponto extra incluído na agenda, que tinha a ver com a «**Abertura de procedimento concursal para recrutamento de pessoal técnico superior, por tempo indeterminado**», não ficava deslocado sem ter sido aprovado o Orçamento.

O Sr. **Presidente da autarquia** respondeu que não, dado que apenas se estava a pedir uma simples autorização para o efeito, significando que se podia discutir e aprovar a matéria.

Retorquindo, o Sr. **João Canha** fez notar que a sua única dúvida tinha a ver com o facto de se ir abrir um procedimento concursal, que implicava encargos financeiros, enquadráveis no Orçamento definido para 2019.

Contrapondo, o Sr. **Presidente da Câmara** elucidou que, se se mantivesse a rejeição das O. P. e Orçamento para 2019, entrar-se-ia no próximo exercício com o Orçamento de 2018, onde tinha cabimento a situação em causa.

PONTO 2 – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE ÉVORA – ACTUALIZAÇÃO DE VALORES PARA O ANO DE 2019



O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que se propunha a actualização da Tabela com base na taxa de inflação oficial.

O Sr. **Adelino Fonseca** participou que a bancada do PS iria votar favoravelmente.

Não se registando mais pedidos para utilização da palavra, o Sr. **Presidente** colocou o **2º ponto** da ordem do dia à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, doze do PS, um do BE e um do MMPI) e três abstenções (duas do PSD e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 3 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – 2019

O Sr. **Presidente da autarquia** recordou que o município tinha um compromisso decorrente do contrato do PAEL, relativamente à questão dos impostos, taxas, tarifas e preços, pelo que a proposta que se apresentava era semelhante às dos exercícios anteriores.

Voltando a ficar desprovido, temporariamente, do seu lugar de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** lembrou que o BE sempre tinha contestado a presente obrigatoriedade, resultante do PAEL, e que os municípios iriam continuar a pagar a taxa máxima de IMI, os 0,45%, embora sublinhasse que o Executivo Camarário tivesse prescindido de aplicar o disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que lhe permitiria prosseguir a utilização dos 0,5%.

Mais à frente disse: “Consideramos positiva a minoração de 30% da taxa de IMI nas zonas urbanas das freguesias rurais, assim como a majoração de 30% para os prédios urbanos degradados e/ou devolutos. De qualquer forma, e porque esta minoração, tanto quanto sabemos, continua a não ser aplicada, achamos que é necessário muito mais do que afirmações de princípio e que o município de Évora deve ser mais pró-activo junto da Autoridade Tributária, para que, de forma clara e inequívoca, se possa aplicar esta minoração nas zonas urbanas das nossas freguesias rurais. Porque não concordamos com o princípio anunciado no PAEL, o BE vai abster-se nesta votação”.

Em virtude de mais ninguém ter desejado intervir, o Sr. Presidente pôs o **3º ponto** da agenda à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com treze votos a favor (doze da CDU e um do MMPI) e dezasseis abstenções (doze do PS, duas do PSD, uma do BE e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 4 – DERRAMA PARA 2019

O Sr. Presidente da **C. M.** frisou que a situação era idêntica à do ponto anterior, pelo que se repetia a proposta que vinha sendo apresentada em anos anteriores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Depois, o Sr. **Nuno Alas** declarou: *“Deixámos de poder reduzir a aplicação da derrama a, provavelmente, 95% das micro e pequenas empresas do concelho de Évora e temos dúvidas sobre a fundamentação que o Ministério das Finanças apresenta, até porque em sede de IMI é possível fazer diferenciação entre freguesias e porque é que em sede de Derrama não é possível fazer diferenciação entre empresas com maior ou menor majoração? Naturalmente, iremos abster-nos, embora contrariados por este motivo”*.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu: *“Como sabem, em anos anteriores apresentámos essa opção convencido de que ela era perfeitamente compatível com o contrato do PAEL. O Ministério das Finanças obriga-nos a fazer essa alteração, da qual discordamos, mas estamos cientes de que qualquer processo jurídico é muito demorado e não podemos esperar por isso. Espero que seja o último ano em que esta situação aconteça e quer no próximo já possamos retomar aquilo que é justo, que é a diminuição para as pequenas e médias empresas”*.

Tornando a ficar, provisoriamente, fora do seu posto de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** inquiriu: *“Em relação aos anos em que houve esta minoração, foi aplicada, pelo Ministério das Finanças, alguma sanção ao município”?*

O Sr. **Presidente da CME** respondeu que não, mas que o Executivo tinha sido avisado de que se continuasse a fazê-lo sofreria as consequências, podendo chegar à perda de mandato.

Terminado o debate do **4º ponto** da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, registando-se a sua aprovação por maioria, com catorze votos a favor (treze da CDU e um do MMPI)

PONTO 5 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – 2019

O Sr. **Presidente da edilidade** participou que a proposta era idêntica às dos anos anteriores, sendo que o Executivo vinha procurando utilizar as verbas de IRS em apreço nas questões de ordem social, achando que não devia de haver redução na participação, uma vez que tais verbas o podia ajudar a responder a diversos problemas.

Ficando novamente, até ao final da discussão deste ponto, desprovido da sua função de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** afirmou: *“Todos nós sabemos que os impostos e taxas não podem ter uma consignação oficial, mas o Sr. Presidente tem vindo a dizer que esta taxa tem sido aplicada nos aspectos sociais. Eu relembro que esta Assembleia já pediu ao Executivo que o demonstrasse nos documentos, ou seja, o valor que é recebido desta participação variável do IRS e depois que tipo de actividades e investimentos é que foram desenvolvidos. Por isso, gostaria que nos próximos documentos apresentados a esta Assembleia seria interessante ver essa relação mostrada pela Câmara”*.

A propósito das explicações fornecidas pelo Sr. Presidente da CME, o Sr. **José Figueira** formulou as seguintes interrogações: *“Qual é o montante da transferência do Fundo Social Municipal que é alocado e consignado à educação”?* *“Quanto é que o município investe na educação no concelho”?*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Sobre o assunto colocado pelo Sr. B. Martins, o Sr. **Presidente da autarquia** respondeu que não tinha presente, de momento, os montantes do Fundo Social Municipal, mas que eles tinham sido apresentados aquando da Prestação de Contas, acrescentando que numa próxima oportunidade faria chegar à Assembleia tais números, bem como que existia uma consignação não oficial, ou seja, o município tinha que demonstrar os valores transferidos para o dito Fundo eram empregues na educação e noutras áreas.

Finda a discussão do **5º ponto** da agenda, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor (treze da CDU e um do MMPI) e dezasseis abstenções (doze do PS, duas do PSD, uma do BE e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

Declaração de voto do Sr. João Canha: “A nossa posição engloba os últimos três pontos, dado que todos eles encontram enquadramento e justificação na execução do PAEL. O PS fez propostas, em sede de discussão do Orçamento e das O. P., exactamente para que o quadro do PAEL deixe de ser este. Portanto, abstemo-nos de boa-fé, viabilizando a aplicação destas taxas e valores. No entanto, não é esta a nossa proposta e daí dizermos que é de boa-fé que o fazemos”.

PONTO 6 – TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2019

O Sr. **Presidente da Câmara** explicitou que se propunha aplicar a TMDP em causa, fruto de uma alteração legislativa, que passou a considerar, e bem, segundo a sua óptica, que a taxa devia de ser suportada pelos operadores e não pelos consumidores, não esquecendo que tinham chegado à Vereação reclamações de que as primeiras estavam a fazer repercutir nos segundos a dita, parecendo-lhe que a situação devia de ser fiscalizada pelas autoridades reguladoras ou pelas Finanças, visando o cumprimento da lei.

Não se registando pedidos de palavra, o Sr. **Presidente** colocou à votação o **6º ponto** da ordem do dia, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor (treze da CDU, treze do PS, um do BE e um do MMPI) e três abstenções (duas do PSD e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 7 – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE DIRIGENTE DE CARGO DE DIRECÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU

Cumprindo a legislação e dado que havia uma unidade que tinha um dirigente em comissão de serviço, o Sr. **Presidente da CME** clarificou que se tinha que abrir concurso para ocupar o lugar, pelo que havia necessidade de se nomear um júri para o efeito, cabendo à A. M. a decisão final.

Não existindo membros interessados em analisar o **7º ponto** da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, registando-se a sua aprovação por maioria, com dezoito votos a favor (treze da CDU,



dois do PSD, um do BE, um da Coligação «Afirmar Évora 2017» e um do MMPI) e treze abstenções (do PS).

PONTO 8 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO NO AERÓDROMO MUNICIPAL / SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES

O Sr. **Presidente da edilidade** anunciou que ia fazer a explicação para os pontos **8, 9 e 10**, informando que houvera uma alteração na legislação, pelo que o Aeródromo Municipal teria que passar por concessões de licença e por concursos públicos, adiantando que o Executivo vinha desenvolvendo um processo de dinamização do referido espaço, passando pela iniciação da elaboração de um plano estratégico para o mesmo e por contactos com potenciais investidores para o efeito, no contexto da economia local. Assim, fez saber que tinham sido identificadas três áreas prioritárias, como a da manutenção de aeronaves, da escola de formação de pilotos e da cedência de hangares, pelo que se tornava necessária a autorização da A. M. para a abertura dos três concursos.

O Sr. **Nuno Alas** saudou a iniciativa nos três domínios em apreço.

O Sr. **João Canha** afinou pelo mesmo diapasão, fazendo notar o desbloqueio das três situações que estavam a impedir a rentabilização do complexo.

Em aditamento à sua anterior intervenção, o Sr. **Presidente da autarquia** asseverou. “*O Aeródromo tinha um défice de cerca de 200.000 €/ano, mas, entretanto, o mesmo tem vindo a ser substancialmente reduzido, existindo, hoje, lá um conjunto de actividades que tem vindo a crescer substancialmente e que tem uma situação diferente. Todos os casos foram resolvidos, à excepção de um, que se prende com o edifício da Escola de Pilotos, que foi abandonado pela empresa que fazia essa gestão, que está em litígio, ainda que a Câmara tenha determinado a sua reversão, a qual foi contestada em tribunal, porque a própria entende que terá direito a uma indemnização, mas como esta não cumpriu com aquilo com que se comprometeu com a Câmara e com o Estado português, no âmbito dos apoios que teve, espera-se uma resolução a nosso favor*”.

Terminada a discussão do **8º ponto** da agenda, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 9 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO NO AERÓDROMO MUNICIPAL / ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PILOTOS

Já apresentado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em função dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da CME, o Sr. **João Canha** perguntou se, na actual fase do processo judicial, já era possível avançar-se com o concurso para a abertura da escola.

O Sr. **Presidente da C. M.** respondeu que sim, porque existiam lotes disponíveis no Aeródromo para a abertura de escolas, mas que o edifício ainda não podia ser utilizado. Em rigor, divulgou que este já podia ser usado, mas que não o município não queria avançar para isso por prudência, para evitar novos conflitos.

Constatando a ausência de mais inscrições para discursar, o Sr. **Presidente** pôs o **9º ponto** da ordem do dia à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 10 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO NO AERÓDROMO MUNICIPAL / SERVIÇOS DE HANGARAGEM

Já apresentado.

Verificando a inexistência de interessados em falar, o Sr. **Presidente** colocou o **10º ponto** da ordem de trabalhos à votação, apurando-se uma aprovação por unanimidade.

PONTO 11 – CONCESSÃO DO DIREITO AO FORNECIMENTO EXCLUSIVO DE COMBUSTÍVEIS NO AERÓDROMO MUNICIPAL DE ÉVORA, ATRAVÉS DE AJUSTE DIRECTO

Neste caso, o Sr. **Presidente da edilidade** também desejou apresentar os pontos 11 e 12 em simultâneo, informando que a contratação de combustível para o Aeródromo passava por uma concessão e por um concurso público, devendo depois as empresas pagarem, ao município, uma determinada verba por litro de carburante, relativamente ao combustível vendido no Aeródromo, adiantando que o concurso público era só para evitar não se ficar sem o produto entre o término da vigente concessão e a próxima.

Em virtude de ninguém ter querido debater o **11º ponto** da agenda, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com trinta votos a favor (treze da CDU, treze do PS, dois do PSD, um do BE e um do MMPI) e um voto contra (da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 12 – CONCESSÃO DO DIREITO AO FORNECIMENTO EXCLUSIVO DE COMBUSTÍVEIS NO AERÓDROMO MUNICIPAL DE ÉVORA, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO



Já apresentado.

Como nenhum membro se quis pronunciar sobre o **12º ponto** da ordem do dia, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 13 – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA – PROCESSO 664

O Sr. **Presidente da Câmara** afirmou: *“Em termos práticos, esta operação é a concretização da área de reabilitação urbana, que decorreu do processo de revitalização do centro histórico que vínhamos desenvolvendo e que teve vários vectores, dos quais eu destaco a candidatura feita ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, dos fundos da União Europeia, tendo-se conseguido um financiamento de 9,5 M€ para investimento na recuperação do centro histórico, por parte do município, e mais 5 M€, no âmbito do instrumento financeiro de reabilitação urbana, que pode ser usado por privados, instituições, actividade económica e por todos aqueles que tenham edifícios no centro histórico.*

No caso do município, também pode ser utilizado, com algumas limitações, para melhoria do espaço urbano”.

Na medida em que nenhum eleito demonstrou intenção em analisar o **13º ponto** da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, registando-se a sua aprovação por unanimidade.

PONTO 14 – HABÉVORA – GESTÃO HABITACIONAL UNIPESSOAL LIMITADA, E. M. – ALTERAÇÃO DE ESTATTUTOS

O Sr. **Presidente da CME** lembrou que a Habévora é uma empresa municipal e que, como tal, tem um objecto específico, ou seja, trata apenas da habitação social, dando, por definição, prejuízo. *“A Habévora deveria ser compensada pelo Estado ou pelo município, para que a componente social que lhe está inerente pudesse ser coberta. O Estado não o faz e o município pode fazê-lo, em circunstâncias muito limitadas, que tem a ver com os resultados finais que são apresentados no final do ano, e para obviar este assunto, mas também para que a empresa possa passar a ter uma intervenção noutras áreas, como é o caso do mercado social de habitação e do alojamento para estudantes, propomos o alargamento do objecto da Habévora. Gostaria de registar que esta iniciativa foi acertada com o PS, nas actuais O. P. e Orçamento, e houve o compromisso, da nossa parte, de desenvolver este processo, de forma a chegarmos a este objectivo final e é isso que vimos solicitar à A. M.”*, concluiu.



Depois, o Sr. **João Canha** declarou, em jeito de declaração de voto antecipada: “*Acolhemos, de bom grado, este alargamento do objecto social da Habévora. Percebemos a sua necessidade e o conjunto de desafios actuais da nova legislação e das novas políticas de habitação, que exigem este alargamento e esta possibilidade, que o alargamento do objecto social dá, à empresa municipal, de poder intervir noutras áreas. No entanto, parece a nós, apesar de votarmos favoravelmente, que o que Habévora necessita é de uma verdadeira reestruturação e de uma verdadeira alteração estatutária, que não se esgota só naquilo que é o alargamento do objecto social*”.

De imediato, o Sr. **José Figueira** realçou que a CDU via a alteração em apreço como positiva, crendo que, com tal modificação, o município iria criar condições para que a Habévora assegurasse habitação social para os mais necessitados, anunciando que a referida força política iria votar favoravelmente.

Ficando, mais uma vez e temporariamente, privado do seu posto de 2º Secretário, o Sr. **Bruno Martins** opinou que esta medida podia ser o primeiro passo para uma nova estratégia para a habitação social no concelho, acrescentando que o Executivo podia contar com o BE na construção da mesma.

Por seu turno, a Sra. **Ângela Caeiro** argumentou que a acção social era fundamental no concelho de Évora, em conjunto com a Habévora, enaltecendo a importância desta junto dos alunos e das residências que estivessem disponíveis para o alojamento dos estudantes deslocados. Por este motivo, divulgou que o PSD também iria votar a favor.

A propósito de se ter falado em estratégia de habitação, o Sr. **Presidente da Câmara** recordou que o Governo vinha anunciando um conjunto de intervenções e diplomas na área em equação, o que o Executivo saudava, uma vez que isso era da sua responsabilidade, estando a aguardar, a acompanhar e já a trabalhar, para poder estar em condições para poder utilizar esses novos instrumentos, que considerava fundamentais, acrescentando que o próprio considerava que talvez fosse fácil resolver, num curto espaço de tempo, a situação das famílias que estavam em primeira prioridade para habitação social, desde que houvesse vontade política.

Mais à frente, relatou que já se estava a trabalhar no Plano Local de Habitação, cujo resultado iria ser apresentado na primeira reunião de Câmara de 2019, considerando-o um instrumento absolutamente fundamental para se poder intervir na área da habitação, a diversos níveis.

Depois, esclareceu que as residências estudantis eram da exclusiva competência do Governo, sendo de seu entendimento que o município podia dar algum contributo nesse sentido, tanto assim que estava a desenvolver um projecto para 12 prédios, em acordo com a Universidade, com capacidade para albergar entre 50 e 60 camas, parecendo-lhe que a Administração Central também podia dar um sinal para o efeito.

Em virtude de mais ninguém ter querido falar, o Sr. **Presidente** colocou o **14º ponto** à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 15 – RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ÉVORA, À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2018 (PARA CONHECIMENTO)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Presidente da edilidade** esclareceu que o Relatório vinha na linha do que tinha sido apresentado e discutido aquando da Prestação de Contas de 2017, estando os indicadores a seguir a evolução esperada, segundo a opinião da Sra. ROC.

Como mais ninguém se quis pronunciar sobre o **15º ponto**, o Sr. **Presidente** deu-o por encerrado.

PONTO 16 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / CONSTITUIÇÃO (PARA CONHECIMENTO)

O Sr. **Presidente da edilidade** limitou-se a dizer que o título do ponto falava por si.

Constatando não haver nenhum membro interessados em debater o **16º ponto** da agenda, o Sr. **Presente** considerou-o fechado.

PONTO 17 – RELATRÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DA CME – ANO DE 2017 (PARA CONHECIMENTO)

O Sr. **Presidente da C. M.** referiu que o Plano era algo que decorria da lei, entendendo o Executivo que ele precisava de adaptações, pelo que estava a aguardar pela reestruturação de serviços e pelo novo Sistema Nacional de Contas para proceder em conformidade, acrescentando que assim que as alterações fossem efectuadas, o mesmo procuraria fazer uma actualização do documento.

Fazendo alusão à página 25 (Recomendações), o Sr. **José Figueira** leu o princípio do 1º item, do seguinte teor: «A célere revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infracções conexas da Câmara Municipal de Évora, na medida em que o plano em vigor, para além de **não** se encontrar desfasado (...)». Esta redacção motivou-o a perguntar se era **não se encontrar desfasado ou o contrário.**

O Sr. **Presidente da autarquia** elucidou que o **não** estava a mais e que a Câmara iria corrigir o lapso.

Não querendo mais ninguém intervir, o Sr. **Presidente** deu por terminado o **17º ponto** da ordem do dia.

PONTO 18 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR, POR TEMPO INDETERMINADO



O Sr. **Presidente da autarquia** justificou a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos com as seguintes palavras: “Com a aprovação do O. E. para 2019, que ainda não está em vigor, cai o prolongamento que era feito do período para os trabalhadores que estavam em mobilidade, significando isto que a lei determina que há um período máximo para os mesmos poderem estar em mobilidade numa determinada entidade, que é de 18 meses. Durante este espaço de tempo o município terá que abrir concurso ou «devolver» o funcionário à instituição de origem, sendo que, neste caso, nós temos uma situação com 1 lugar de jurista, que tem estado a ser ocupado por uma jurista da Habévora, mas que tem estado ao serviço da Divisão Jurídica do município. Como o período de 18 meses estará a terminar, a única possibilidade de prover o lugar é abrir este concurso, daí que procedamos em conformidade, que decorrerá nos seus prazos normais, podendo a actual jurista, ou não, ocupar o cargo”.

Depois, o Sr. **Adelino Fonseca** inquiriu se a funcionária em causa estava a auferir o vencimento que tinha na Habévora ou o salário inerente ao cargo na CME.

O Sr. **Presidente da edilidade** respondeu que se estava a aplicar a tabela da Câmara Municipal.

Noutro contexto, o Sr. **Bruno Martins** interrogou como era que estava a situação da integração dos precários, ao abrigo do PREVPAP.

O Sr. **Presidente da C. M.** retorquiu que tinha tal informação para o ponto seguinte, pelo que se podia usar esse tempo para o efeito.

Como mais nenhum membro desejou intervir, o Sr. Presidente pôs o **18º ponto** da ordem de trabalhos à votação, registando-se uma aprovação por unanimidade.

PONTO 19 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da edilidade** acentuou que o documento em título, referente aos meses de Setembro, Outubro e Novembro/18, estava bastante explícito, mas desejou acrescentar os seguintes factos: Relativamente à regularização dos precários – De acordo com a legislação, a identificação de 42 postos de trabalho e a abertura de concursos para os mesmos, sendo admitidas 36 pessoas. Mais informou que não tinham sido colocadas 6 trabalhadores, devido a desistência, nomeadamente de 3 assistentes operacionais, 1 canalizador, 1 mecânico-auto e 1 motorista; a assinatura de um contrato com a empresa Pleasant Racing, interessada em investir cerca de 5M€, na área das componentes para automóveis de corrida, devendo criar cerca de 50/60 postos de trabalho; o 30º aniversário da gemação com Angra do Heroísmo, estando a edilidade a preparar um conjunto de iniciativas tendentes a reforçar tal relação; a meia-maratona, incluída no aniversário de Évora Património da Humanidade, que registou mais de 6.000 participantes; as iniciativas deste final de ano, nomeadamente o Jardim de Natal, o Natal Clássico e a passagem de ano em Évora.

A seguir, o Sr. **José Figueira** relatou que hoje 5 jovens tinham sido detidos pela PSP, quando reabilitavam um mural ao fundo da Rua Mendo Stevens, perto de uma carvoaria, cujo advogado teve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

de intervir para os agentes os libertarem, acabando por perguntar: “*Existe alguma postura regulamentar do município que proíba tais acções*”?

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que o município não tinha nenhuma intervenção a tal nível, ou seja, não havia qualquer regulamento sobre a matéria, sendo ela abrangida pela lei geral.

Noutro contexto, o Sr. **Nuno Alas** lembrou que a estrada da Chainha estava cortada, devido a uma urbanização que estava a ser construída e da necessidade de se fazerem as infraestruturas, bem como que o acesso ao bairro dos Canaviais também estava impedido, obrigando ao atravessamento do bairro do Bacelo, pelo que sugeriu que os serviços fossem lesto na execução dos trabalhos, para evitar constrangimentos.

Retorquindo, o Sr. **Presidente da C. M.** explicou: “*Existe uma intervenção no loteamento da estrada da Chainha, que é privada, e outra que está a cargo da Águas de Vale do Tejo, que está a fazer a consolidação de algumas zonas e a resolver algumas situações, a qual não é definitiva. Procurámos garantir que o acesso aos Canaviais não fosse cortado de todo. A estrada da Chainha está aberta permanentemente e a outra tinha sempre passagem, ainda que condicionada, pelo que temos tentado minimizar o impacto dos acessos aos Canaviais, parta que as obras possam ser efectuadas*”.

Entretanto, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** disse: “*Relativamente às detenções de hoje, eu queria referir que, tanto quanto sei, resulta da lei o procedimento utilizado. Não tenho a certeza, mas sei que que saiu, recentemente, uma legislação produzida nesse sentido, considerando a prática como contraordenação ou, até, crime. Esta questão dos grafitis é muito colocada pelos jovens. Tanto quanto sei, a U. É. terá espaços onde os seus estudantes podem fazer experimentações através desta técnica artística e, se nós fizermos uma pesquisa, vamos ver que a arte urbana é uma expressão cada vez mais evidente em muitas urbes. Até existem cidades que têm um grande património, como é o caso de Paris e Glasgow, que possuem espaços que são salvaguardados para este tipo de intervenção. Eu acho que situações como esta que nos foi aqui trazida nos deve levar a pensar se seria oportuno, ou não, pensar-se em espaços onde os nossos jovens pudessem utilizar esta técnica e esta expressão artística*”.

Sobre a situação no bairro dos Canaviais, o Sr. **Jerónimo José** afirmou: “*Em termos de intervenção na infraestrutura, em princípio, amanhã estará concluída, sendo feita a compactação e a limpeza das valas, pelo que a estrada já não estará totalmente cortada. A urgência da intervenção deveu-se ao facto de poder haver ali uma eminente derrocada da própria estrada, porque a forma como a conduta está deteriorada fez com que existissem cavernas ao longo da infraestrutura, que tem zonas onde a terra já não tem muita densidade.*

Por outro lado, as obras na estrada da Chainha, pela leitura que fiz da comunicação social, deveram-se à grande acumulação de água na altura das chuvas. Admito que possa haver ali muita água acumulada no Inverno, mas penso que, com menos chuva, a Rua 4 de Outubro fica muito mais alagada. Basta o Sr. Presidente um dia, quando estiver a chover, por curiosidade, pegar no carro e ir lá verificar que não é exagero da minha parte”.

Replicando ao apontamento da Sra. Ana Beatriz Cardoso, o Sr. **José Figueira** opinou que não se tratara de grafitis, mas sim de liberdade de expressão para recuperar um mural de uma organização juvenil, sendo, portanto, coisas diferentes.



Respondendo ao Sr. J. José, O Sr. **Presidente da Câmara** explicou: “*Fizemos um levantamento das questões mais graves de inundações e temos vindo a procurar intervir para as ultrapassar. Não tem sido fácil e algumas são de ordem estrutural, que são difíceis de resolver. No caso concreto da Chainha, a estrada inundava-se e aproveitámos a obra do loteamento para o empreiteiro poder resolver o problema, sendo nosso propósito realizar algumas obras adicionais, para melhorar a mobilidade naquela zona, nomeadamente um passeio.*”

Registo a questão da 4 de Outubro e os serviços municipais têm vindo a procurar formas de ultrapassar essa situação.

Relativamente àquilo que a Sra. Ana Beatriz colocou, dizer que nós, neste momento, não temos esse tipo de situação, mas já procurámos fazê-lo, como, por exemplo, convidando verdadeiros grafitis a efectuarem trabalhos. Tivemos 4 ou 5 deles que intervieram no painel ao lado da antiga Escola do Magistério, ficando os próprios cientes que o mural desaparecerá quando o painel for retirado”.

No que concerne à posição do Sr. J. Figueira, a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** relevou que não compreendera o que o próprio dissera, acabando por perguntar e declarar: “*a detenção que houve foi relativa quê?” “Eram jovens que estavam a recuperar o mural que está ali sobre o 25 de Abril?” “O que eu sei é que aquilo que é penalizado é a pichagem, ou seja, o acto de vandalismo através dos grafitis, que é diferente daquilo que estávamos a referir”.*”

No mesmo contexto, o Sr. **João Canha** anunciou que tinha passado no local durante a tarde de hoje (12.12.2019) e que vira jovens da JCP a recuperar um mural de expressão política, que não tinha nada a ver com vandalismo. Assim, achou prudente que o Executivo auscultasse a PSP, para se tentar perceber qual fora a interpretação que a própria fizera daquele momento e por que motivo detivera os jovens e os identificara.

Mais à frente, teceu os seguintes comentários: “*A propósito da rejeição do Orçamento municipal, chegou até mim, por via de agentes culturais, um e-mail que, primeiramente percebi que tinha sido enviado por um dos funcionários do município, sofrendo de algum excesso de zelo, traçava um plano quase catastrófico, dizendo «a não aprovação do Orçamento significa gerir o município por duodécimos (...), tendo por referência o Orçamento do ano anterior», elencando depois um conjunto de investimentos, entre os quais coisas que estão a acontecer, tais como, a reabilitação do Salão Central, do TGR, dos celeiros da EPAC, do palácio D. Manuel, bem assim como operações essenciais. E depois vem dizer que não seria possível realizar o Artes à Rua, o Évora Jazz Fest, o Som às Guitarras e do Évora 2027. Portanto, esta pedagogia do pânico ou da intimidação não conduz a nada, até porque se diz que a receita é «a gestão não por duodécimos, mas sim em referência ao Orçamento do ano transacto». Curiosamente, hoje deparo-me com um outro documento, remetido também para agentes desportivos, emanado a partir da Vereação, em que diz que «com a rejeição das O. P. e Orçamento para 2019 são colocados em risco apoios dados aos clubes e associações desportivas, através dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo». A cordialidade e a habilidade negocial que o Sr. Presidente da Câmara tem estado a manifestar nos encontros que tem tido com as forças políticas, merecia que este tipo de pânico ou catastrofismo não estivessem a correr, para mais por vias oficiais. Utilizando os meios da Câmara para, de algum modo, «mobilizar a malta», acho que merecia ser reflectido aqui”.*”

Sobre este último assunto, o Sr. **Bruno Martins** declarou: “*Não compreendo, como membro de um clube desportivo, o e-mail que este recebeu hoje por parte da Vereação. Acho condenável, perturbador do processo negocial que devia de estar em curso, e deixar as pessoas em pânico. É bom*”



não esquecer que se trata de agentes desportivos e culturais que vivem com a «corda na garganta» e penso que devia de haver algum cuidado nessa forma de partilha da informação. O BE está convicto da possibilidade da existência de um acordo com a Vereação e que estes e-mails se tornam absolutamente inócuos e desnecessários no meio deste processo negocial. O Sr. Presidente da CME fez bem em chamar os partidos e procurar uma solução célere para o município, tendo em conta as diferentes críticas apontadas pelos mesmos, mas dever-se-ia ter evitado o envio destas comunicações aos agentes culturais e desportivos”.

Mudando de assunto, o Sr. **João Simas** transmitiu que tinha verificado a realização de obras de recuperação na Igreja das Mercês e que a Rua do Raimundo estava cortada ao trânsito, inquirindo se elas iriam demorar muito e pretendendo obter informações sobre a situação.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Alas** lembrou que alguns partidos ainda continuavam, na Praça de Giraldo e nas Portas de Moura, durante todo ano, a exibirem cartazes com mensagens. Como existia um regulamento para publicidade e propaganda para o centro histórico, parecia-lhe que os placards não podiam continuar naqueles espaços durante todo o ano, à parte dos períodos eleitorais, pelo que apelou ao Executivo que fizesse cumprir o regulamento, para mais centro o centro histórico classificado pela UNESCO.

Perante as questões levantadas, o Sr. **Presidente da C. M.** recordou que as O. P. e o Orçamento tinham sido recusados e que tal tinha consequências, não havendo qualquer garantia de que, até ao final do ano, os documentos fossem aprovados. Neste sentido fez notar que, na qualidade de Presidente da autarquia, tomara a iniciativa de desencadear mecanismos para procurar ver se havia viabilidade de a Assembleia poder vir a aprová-los. *“Neste domínio, houve um conjunto de instituições que se dirigiram à Câmara preocupadas, perguntando qual era a situação decorrente da eventual não aprovação das O. P., pelo que entendemos que se deveria de fazer uma informação genérica às mesmas, para poder esclarecê-la. É algo que assumimos no âmbito deste processo de rejeição das O. P. e Orçamento.*

Relativamente ao tema levantado pelo Sr. N. Alas, esclareço que o Regulamento de Publicidade e Propaganda da edilidade não se aplica, mas sim a lei geral referente à propaganda política, que é da responsabilidade do Governo, que está no âmbito das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos e das forças políticas. Nesse campo, não interviremos, mas estamos a procurar uma situação de ordenamento das questões da publicidade e, nesse sentido, contactaremos as diversas forças políticas para ver da sua disponibilidade para encontrar soluções para o efeito.

Acerca da Igreja das Mercês, felizmente está a ser intervencionada, cuja obra é da responsabilidade da Direcção Regional de Cultura, salvo erro, mas trata-se apenas da consolidação da estrutura. É um primeiro passo, mas não vai resolver o problema. Como sabem, existe um litígio entre as partes e penso que o processo irá seguir para tribunal e levará vários anos até ser resolvido”, concluiu.

Também sobre a reprovação das O. P e Orçamento, o Sr. **José Figueira** enalteceu e regozijou-se com a iniciativa do Sr. Presidente da CME, dando a conhecer que a CDU já tivera o ensejo de reunir com o próprio e que iria fazer tudo para que os documentos fossem viabilizados.

Quanto ao assunto exposto pelo Sr. N. Alas, recordou uma frase proferida pela Sra. Manuela Ferreira Leite, de que **«iria suspender a democracia»**. Pra si, a liberdade de expressão não podia ser só em épocas de campanha eleitoral, cabendo às forças políticas agirem conforme entendessem.



Reforçando as teses expostas pelo orador antecedente, a Sra. **Clara Grácio** opinou que publicidade e propaganda não eram a mesma coisa e que não se suspendia a democracia em inter-eleições, pelo que se havia algo a defender era a liberdade de expressão, coisa que tinha que ser protegida, acrescentando que em momento algum se podia deixar que acontecesse algum entrave à defesa de liberdade de expressão.

Ripostando, o Sr. **Nuno Alas** exprimiu: *“A gente já sabe que só existe um partido que defende a democracia e que só ele é que a construiu. Eu acho que a A. M. merece alguma honestidade intelectual da bancada da CDU. Eu não falei dos cartazes que o PCP e os Verdes têm fora de muros, com mensagens políticas. Passados 44 anos do 25 de Abril, penso que esta data merece uma elevação que não seja só essa cassette que está sempre gravada, porque não foi isso que eu disse. Dentro do centro histórico há a necessidade de um património, que é da UNESCO, não ter propaganda política em todo o lado, mas nós temos remédio para isso: vamos espetar em todas as ruas do centro histórico um cartaz com mensagens políticas, ou vamos encher a Praça de Giraldo com o mesmo, e depois vamos ver o que é que vai ser de Évora. Eu nasci em Outubro de 1974, fui criado já em democracia, e não admito que qualquer pessoa da bancada da CDU diga que eu afirmei que a «democracia devia de ser suspensa». O que está em causa são mensagens que são colocadas permanentemente no centro histórico, com grave prejuízo, do ponto de vista estético, para a recepção de turistas”*.

As palavras tecidas pelo Sr. J. Figueira motivaram o Sr. **João Canha** a proferir que o PS enaltecia e aplaudia a iniciativa negocial do Sr. Presidente da CME, acabando por perguntar: *“ainda que não viesse a ser aprovada uma outra proposta de Orçamento, os contratos de desenvolvimento desportivo não podiam continuar em efectiva realização, regendo-se pelo Orçamento de 2018”*? Baseando-se neste documento, lembrou que fora possível organizar o «Artes à Rua» e o «Jazz Fest», bem como outros eventos, parecendo-lhe que com os mesmos fundos seria possível levar a cabo semelhantes iniciativas em 2019.

Pra ultimar, asseverou: *“Quando é referido naquele texto que Évora – Capital Europeia da Cultura ficava posta em causa pela não aprovação do Orçamento para 2019, eu recorro a esta Assembleia que foi exactamente aqui que, todas as forças políticas que votaram contra e a que se absteve, denunciaram que não encontraram forma de perceber como é que as O. P., referenciadas à candidatura, estavam reflectidas nos documentos. Não queremos aprofundar as feridas nem queremos gerar, aqui, situações de conflito estéreis, mas vincamos que estamos atentos, em benefício dos cidadãos”*.

Sobre o tema da propaganda política, o Sr. **José Russo** argumentou que não se podia olhar para tais situações de perto, mas também em redor, recomendando à bancada do PSD que fosse às câmaras afectas ao dito verificar o que lá se fazia, como, por exemplo, retirarem, indevidamente, propaganda de outros partidos.

Relativamente ao assunto do Orçamento, declarou: *“Quando soube da sua não aprovação, fiquei profundamente preocupado e digo isto porque sou Presidente de União de Freguesias e tenho responsabilidades noutros planos. Se nós pudéssemos funcionar com o Orçamento do ano anterior, não era preciso aprovar um novo. Portanto, eu quero um Orçamento para 2019. Nós vivemos em democracia e sabemos que neste fórum não possuímos maioria absoluta, mas cada um tem que assumir as suas responsabilidades, como os Srs. fizeram, votando contra. Eu sei que, na União de Freguesias, se viver com o Orçamento de 2018 não vou ter o mesmo dinheiro que teria com o de 2019 e isso preocupa-me, porque eu já desenhei o Orçamento para a dita com base no Orçamento para o*



próximo exercício. Não foi por acaso que as forças políticas se apressaram a publicar, na comunicação social, comunicados, e a gente não pode pedir que isso não aconteça, porque vivemos em democracia e para que as pessoas, em consciência e perante todos os dados, possam fazer os seus julgamentos”.

Voltando a usar da palavra, o Sr. **Bruno Martins** informou que o BE apenas emitira um comunicado de imprensa, sem ser pago, por considerar que a comunicação social devia ser financiada.

Em relação ao assunto em debate, e estando-se num período de negociações, apelou ao Executivo para que dissesse aos agentes culturais e desportivos que o Orçamento tinha sido recusado, mas que ainda estava empenhado em encontrar uma solução para um novo documento e não anunciar a catástrofe que poderia advir.

Tornando a elucidar os presentes, o Sr. **Presidente da C. M.** especificou que o Executivo propusera nas O. P., como tema central e geral, o lançamento e a afirmação da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027, coisa que estava explícita no documento de enquadramento e no Plano de Actividades, e que tinha toda a cobertura necessária por parte do Orçamento municipal. Em aditamento, afiançou que o supracitado queria que a candidatura fosse alargada a um conjunto de instituições.

Findo o debate sobre o **19º ponto**, o Sr. **Presidente** deu-o por encerrado.

SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

O Sr. Presidente facultou a palavra ao munícipe **José Eliseu Pinto**, que disse: *“É prática reiterada, no centro histórico de Évora, a interrupção das vias por força da realização de intervenções em edifícios (obras, manutenção, pinturas, etc.). Raramente essas interrupções são acompanhadas de uma informação, de um esclarecimento ou de qualquer dístico físico, que permita perceber o que se está a passar. Há duas semanas, próximo da zona onde resido, mais concretamente na Travessa dos Menezes, a cerca de 30/50 metros do entroncamento com a Rua das Alcaçarias, foi ocupada uma faixa de trânsito, com um único sentido, e durante um certo tempo não foi possível estacionar naquele sítio, de modo a que se pudesse fazer o trânsito automóvel e pedonal. A obra estava escondida por um tapume que foi montado até ao eixo da via e só nos apercebemos do que se tinha passado ali quando a vedação foi removida e a obra ficou à vista. Tratou-se, nem mais nem menos, do que a abertura de uma porta para a rua, de um quintal ou de um pátio. Sabendo nós dos apertadíssimos constrangimentos que se põem a todas as iniciativas que tenham a ver com alteração de fachadas, penso que a Câmara deveria prestar algum esclarecimento. Suscito a questão ao Executivo municipal, lembrando as normas da fiscalização, e alerto esta Assembleia, que é a responsável pelo acompanhamento deste tipo de situações, para o facto de isto acontecer impunemente, num centro histórico classificado pela UNESCO”.*

Em resposta, o Sr. **Presidente da autarquia** explicou: *“A fiscalização municipal é insuficiente e tem estado muito limitada pelo constrangimento que temos tido ao longo destes anos, sendo que ela não actua aos fins de semana nem fora dos horários, porque estava impedida de receber horas*



extraordinárias. Há um tempo atrás foi possível passar-se a pagar as ditas, mas os funcionários da fiscalização entenderam, como tinham tido um corte de 75% nas horas extraordinárias, fazer greve às mesmas e nós respeitámos essa situação. Portanto, estamos muito limitados à capacidade de fiscalização, em todos os níveis. Admito que haja um conjunto de obras ilegais e umas vezes detectamos e outras não. Quando detectamos, dirigimos a fiscalização para o local e actuamos.

Por outro lado, não está completamente interdita a possibilidade de abertura, de uma forma geral, de vãos, dependendo do tipo de fachadas que estamos a considerar. Eu não conheço a situação e teremos de ver qual é o tipo de fachada, para ver o que é que as regras dizem quanto a isso. É bom não ficar a ideia de que as regras impedem qualquer obra desse género.

Com respeito ao trânsito, o que os serviços têm estado a fazer é, nas obras legais, concertar os pormenores dos cortes da via pública, porque estes, por vezes, já começam a causar problemas nos acessos. Temos dificuldade em identificar os cortes ilegais, havendo casos em que são as pessoas, ou empresas, como as operadoras de telecomunicações, colocam sinais próprios e fazem aquilo que entendem. Temos procurado agir, mas ainda temos essas limitações. A partir de Janeiro, julgo que os nossos fiscais vão poder começar a actuar no período nocturno e aos fins de semana, o que poderá melhorar a capacidade de fiscalização.

Em relação a essa questão concreta, iremos analisar a situação e ver o que se passou, para, se houver necessidade, agirmos em conformidade”.

Como mais ninguém desejou falar, o Sr. **Presidente** deu por findo o segundo tempo destinado à assistência.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14** e **18** desta Ordem do Dia, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente** deu por encerrada a 2ª reunião da sessão de **7 de Dezembro/18**, pelas vinte e três horas e oito minutos, da qual e para constar se elaborou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 12/07/2019, não tendo participado na deliberação 3 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

Não dispensa a consulta do documento original

www.evora.net/ame